

ACTA N.º 8/2011

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
MÊS DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
PENICHE, REALIZADA NO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2011:

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e onze, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, estando presentes os senhores Rogério Manuel Dias Cação (CDU), Américo de Araújo Gonçalves (PS) e Carlos Alberto Lourenço de Almeida (CDU), respectivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, os senhores Henrique Bertino Batista Antunes (CDU), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Raul Fernando Conceição Santos (CDU), Floriano Serrano Sabino (CDU), António Filipe Monteiro Vitória (CDU), Silvino Doirado Conceição João (PS), respectivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Ajuda, Atouguia da Baleia, Conceição, São Pedro, Serra d'El-Rei e Ferrel, e os senhores Anabela Correia Dias (PS), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Vítor Miguel Silva Delgado Marques, Maria Natália Figueiredo Martins dos Anjos Costa (CDU), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), José António Bombas Amador (CDU), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), José António Leitão da Silva (PSD), Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Ademar Vala Marques (PSD), Anna Clara Leal Rodrigues (PSD), Arminda Glória Félix Martins Brás (CDU), Paulo Jorge Amaro Balau (PSD), Licínio Pereira (CDU), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD) e Vítor Manuel Farricha Mamede (PS) reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período de "antes da ordem do dia".

2.º - Período de intervenção do público.

3.º - Período da ordem do dia:

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano para 2012.

3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Orçamento para 2012, e do pedido de autorização para a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços, em 2012, que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização quando excedam os 99 759,58 euros, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal para 2012.

5. Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para contracção de empréstimos de curto prazo durante o ano de 2012.

6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados para 2012.

7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de

Orçamento dos Serviços Municipalizados para 2012, e do pedido de autorização para a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços, em 2012, que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização quando excedam os 99 759,58 euros, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados para 2012.

9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a segunda Revisão aos Documentos Previsionais de 2011 (Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos).

O senhor José António Leitão da Silva (PSD) só participou na reunião até às zero horas e vinte e cinco minutos, altura em que decorria a apreciação do ponto primeiro do período da ordem do dia.

Os senhores Licínio Pereira (CDU), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD) e Vítor Manuel Farricha Mamede (PS) encontravam-se a substituir os senhores José Joaquim Franco Antunes (CDU), Carlos Manuel Alves Santana (PSD) e João Manuel Jesus Gomes (PS), que comunicaram a sua ausência nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Os senhores Rui Pedro Maia dos Santos (PSD), Anabela Soares (PSD) e Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), por serem os membros que se seguiam nas respectivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara, senhor António José Correia (CDU), o Vice-Presidente da Câmara, senhor Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), e os Vereadores, senhores Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU), Jorge Serafim Silva Abrantes (CDU), Luís Lourenço Jorge Ganhão (PSD), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD) e Carlos Jorge Gonçalves Amaral Domingos (PS).

### PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"

#### **a) ACTAS DAS REUNIÕES ANTERIORES:**

Foi presente a acta n.º 3/2011, da reunião realizada no dia 6 de Maio de 2011, tendo sido dispensada a sua leitura por o respectivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal.

Postas à discussão usaram da palavra os senhores adiante identificados:

#### **Ademar Marques (PSD):**

Considerando que as actas estão muito extensas, sugeriu que não se transcreva as intervenções dos membros da Assembleia Municipal na íntegra.

#### **Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Lembrou que se está a dar cumprimento ao artigo 63.º do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, aprovado em 25 de Junho de 2010, que estipula que a acta de cada reunião ou sessão contenha as intervenções de cada membro da Assembleia Municipal.

**Tiago Gonçalves (PS):**

Disse que considera que as actas melhoraram, porque assim não existem intervenções fora do contexto.

**José Leitão (PSD):**

Defendeu que não existem inconvenientes em que as actas transcrevam tudo o que foi dito para conhecimento de todos os munícipes.

**José Amador (CDU):**

Defendeu que deve manter-se o formato actual, ou seja, a transcrição integral das intervenções, porque se se sintetiza muito perde-se informação.

Submetida à votação, de braço no ar, foi a acta n.º 3/2011 aprovada, por maioria, com quatro abstenções, dos senhores Filipe Sales, Vítor Marques, Natália Costa e Vítor Mamede, e vinte e três votos a favor, dos restantes membros da Assembleia Municipal.

**b) EXPEDIENTE:**

O Presidente da Mesa deu conhecimento que o expediente, que adiante se referencia, se encontrava disponível para consulta, dispensando--se a sua leitura, por ter sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal um memorando dos documentos recebidos:

1 - Carta circular n.º 1227/C, datado de 14 de Outubro de 2011, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, remetendo a *Petição Não à redução de autarquias e de trabalhadores*.

2 - Ofício circular, datado de 17 de Outubro de 2011, do Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, relativo ao *Documento Verde da Reforma da Administração Local*.

3 - Carta, datada de 2 de Novembro de 2011, do senhor João Rolim, chamando a atenção para diversos problemas de ordem ambiental e estrutural que se verificam na Consolação.

4 - Convites endereçados ao senhor Presidente da Mesa:

a) Do Clube Recreativo Penichense, para a sessão de lançamento do livro de poesia do senhor António Alves Seara, no dia 1 de Outubro de 2011.

b) Da Associação Industrial da Região do Oeste, para a comemoração do seu 30.º aniversário, no dia 11 de Novembro de 2011.

c) Da Liga dos Combatentes - Núcleo de Peniche, para participação nas cerimónias de homenagem aos combatentes do concelho falecidos, no dia 2 de Novembro de 2011.

d) Da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, para o debate *O Futuro das Pescas em Portugal e a Reforma da Política Comum de Pescas*, no dia 11 de Dezembro de 2011.

e) Do Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, para a sua

feira de Natal, a realizar no dia 16 de Dezembro 2011.

5 - Publicações:

a) Exemplar n.º 99 - Setembro de 2011, do *Jornal do STAL*;

b) Exemplar n.º 231 - Outubro de 2011, do *Boletim da ACISCP*;

c) Exemplar n.º 269 - Dezembro 2011, do *Jornal Associação* - Associação Portuguesa de Deficientes.

Não se registou qualquer intervenção.

**c) MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:**

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

**Sérgio Leandro (CDU):**

Apresentou o seguinte voto de congratulação:

«Grupo CDU - Assembleia Municipal de Peniche

Voto de Congratulação pela classificação do Arquipélago das Berlengas como Reserva da Biosfera da UNESCO

No ano em que celebrou o seu 40.º aniversário, o programa “O Homem e a Biosfera” (MAB) da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) designou o Arquipélago das Berlengas como Reserva da Biosfera da UNESCO. O anúncio oficial decorreu no passado dia 30 de Junho de 2011, em Dresden - Alemanha, após a finalização dos trabalhos da 23.ª sessão do Conselho de Coordenação Internacional do programa MAB, passando Portugal a possuir 6 áreas protegidas detentoras de tal estatuto: Paúl do Boquilobo (1981), Ilha do Corvo (2007), Ilha da Graciosa (2007), Ilha das Flores (2009), Santana - Madeira (2011) e Arquipélago das Berlengas (2011).

As Reservas da Biosfera possuem como um dos objectivos fundamentais promover a sustentabilidade ambiental, através da criação de elos entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento económico, sendo igualmente um excelente veículo para a partilha de conhecimentos e troca de experiências, a investigação e a monitorização, a educação e teste à tomada de decisões participadas, contribuindo assim para a emergência de “economias de qualidade” e prevenção de conflitos.

Outras vantagens inerentes à designação de Reserva da Biosfera envolvem aspectos relacionados com o apoio científico e de consultadoria, promoção da imagem externa e atribuição de um certificado de qualidade.

Tenho a honra de propor aos senhores deputados este voto de congratulação, pela importância que assume a designação do Arquipélago das Berlengas como Reserva da Biosfera da UNESCO para o Município de Peniche.

Em primeiro lugar porque é um justo reconhecimento da mais-valia em termos de património natural do arquipélago das Berlengas baseado em parâmetros concretos e objectivos definidos pela UNESCO. Por outro lado, reconhece os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos para compatibilizar a presença humana com a conservação

da natureza por parte da Câmara Municipal de Peniche e Associação Berlenga – Laboratório de Sustentabilidade.

Ao ser reconhecida como Reserva da Biosfera, atesta igualmente a sua importância ao nível da investigação científica para a qual a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (Instituto Politécnico de Leiria) e outras entidades têm dinamizado um conjunto significativo de projectos de investigação científica.

Por último, ao ser classificada como Reserva da Biosfera, aumenta as responsabilidades de todos aqueles que de algum modo possuem competências ao nível da gestão e no seu usufruto tendo por objectivo o desenvolvimento de acções concretas para a promoção do desenvolvimento sustentável deste território singular.

deputado Municipal Sérgio Leandro

Peniche, 27 de Dezembro de 2011.» [sic]

**Ademar Marques (PSD):**

Na sequência do voto de congratulação apresentado pelo senhor Sérgio Leandro, fez a seguinte intervenção:

«O PSD associa-se ao voto de congratulação e faz votos que essa designação da sustentabilidade da ilha, das condições de acesso e das restrições de acesso, nomeadamente no número de turistas que podem entrar na ilha todos os dias, que podem por em causa a classificação, uma vez que há uma série de regras que têm de ser cumpridas. Portanto, fazemos votos de que tudo possa ser cumprido e que a Berlenga possa ser, cada vez mais, um destino de eleição e de qualidade, mas que preserve aquilo que a levou a ser considerada como reserva da biosfera.»

A Assembleia Municipal ratificou, por unanimidade, o teor do voto de congratulação apresentado.

**Tiago Gonçalves (PS):**

Apresentou a seguinte proposta:

«PROPOSTA

Assunto: Transmissão online das Assembleias Municipais

Subscritor: deputados Tiago Gonçalves (PS), Américo Gonçalves (PS), Anabela Dias (PS), Natália Rocha (PS), Silvino João (PS) e Vítor Mamede (PS).

O Grupo do PS na Assembleia Municipal de Peniche entende que devem ser criadas condições e feitos os esforços possíveis para levar à participação dos cidadãos nos órgãos autárquicos e na vida do seu concelho.

Esse espírito é evidenciado no apoio que damos à realização de sessões descentralizadas da Assembleia Municipal nas freguesias rurais do concelho.

Estando o espaço onde se realizam normalmente as sessões da Assembleia Municipal dotado de acesso à internet e de um conjunto de equipamentos sonoros com condições, torna-se possível, em face dos meios existentes realizar a transmissão sonora online da Assembleia Municipal, não sendo de desprezar a existência de vários serviços de *broadcasting* gratuitos.

Assim, o Grupo do PS propõe que a Assembleia Municipal encarregue a Mesa da Assembleia Municipal de desenvolver esforços no sentido de com o apoio técnico

informático do Município se possibilitar mais esta forma de participação dos cidadãos e de escrutínio do funcionamento dos órgãos municipais.

Paços do Município de Peniche, 27 de Dezembro de 2011.

Os deputados Municipais do PS.» [sic]

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Disse que a Mesa subscreve a proposta apresentada e que irá verificar quais as condições que são necessárias criar para a concretizar, por julgar benéfica a divulgação das sessões Assembleia Municipal.

Apresentou um voto de pesar pelo falecimento recente da mãe do senhor Vereador Luís Ganhão.

A Assembleia Municipal subscreveu, por unanimidade, o voto de pesar pelo falecimento da mãe do senhor Vereador Luís Ganhão.

**d) OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA:**

Passando a Assembleia à apreciação do assunto em epígrafe, usaram da palavra os senhores, adiante identificados:

**Anna Rodrigues (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu pedia autorização para comentar uma opinião que foi dada numa Assembleia Municipal, de 20 de Dezembro de 2010, sobre um assunto que mencionava a minha pessoa enquanto Presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Concelho de Peniche, e que, por motivos profissionais, não o pude fazer antes, porque também não pude comparecer a nenhuma assembleia ordinária, onde o poderia fazer. Esta opinião foi dada pelo deputado da bancada da CDU, José Amador, entre outros assuntos, e passo a citar: “Disse já ter referido na Assembleia que as grandes superfícies comerciais não criam postos de trabalho, que cada posto de trabalho numa grande superfície são quatro postos que vão à vida no pequeno comércio, segundo um estudo da Confederação do Comércio Português. Lembrou que a anterior Presidente da ACISCP, actual membro da Assembleia, Senhora Anna Clara Rodrigues, do PSD, na altura, disse que os comerciantes não se opunham à vinda do *Modelo* para Peniche. Também o Senhor Paulo Rodrigues, então vereador do PSD, estava muito entusiasmado com a vinda do *Modelo*. Por isso, ao ouvir agora alguma preocupação por parte do Senhor José Leitão, em relação a algumas coisas que se possam vir a passar nas grandes superfícies, fica mais descansado.”

«Passo a comentar este assunto: Consta da acta da 3.<sup>a</sup> Reunião da Comissão Municipal de Peniche, de 14 de Setembro de 2006, que decorre na Câmara Municipal de Peniche, o seguinte: “Reconhecendo o impedimento legal em causa, o Presidente da Assembleia Municipal e o Director Regional de Economia manifestaram-se no sentido de não autorização relativamente ao *Modelo*. Foi neste sentido também o voto da Presidente da Associação Comercial Industrial e de Serviços do Concelho de Peniche, mas por discordar do projecto na sua globalidade, como fundamento no documento

anexo à presente acta, que consta do documento n.º 2.” E o documento n.º 2, que vou dispensar de ler, porque tem 4 folhas, refere como conclusão final que: “A avaliação da ACISCP - Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Concelho de Peniche, em consonância com o atraso exposto no mesmo documento, é no sentido de não autorização da instalação do estabelecimento em análise.”

«Defendo a liberdade de expressão, mas uma liberdade de expressão que seja pautada pela ética e que expresse a verdade. Estou convicta que esta informação do deputado em questão ocorreu por não ter lido atentamente o documento em questão, mas não poderia deixar de corrigir uma situação que referia o oposto da realidade, pondo em causa a Associação que defendi durante 6 anos e o interesse dos seus associados.»

**José Amador (CDU):**

Em resposta à senhora Anna Clara Rodrigues, fez a seguinte intervenção:

«Eu recordo-me de estar a discutir com a senhora deputada, na altura não era deputada, a questão da venda ambulante e abordei-a, até pessoalmente, com a questão do *Modelo*. E, pessoalmente, cara a cara, até me disse, que a Associação de Comerciantes não se opunha, dito cara a cara. A senhora deputada representava o PSD, eu representava esta bancada, na discussão da venda ambulante, e abordei-a e questionei-a sobre isto. Isto foi-me dito pela senhora deputada, na altura não era deputada, era Presidente da Associação, isto já foi na pré-história, em 2010.»

**Anna Rodrigues (PSD):**

Em resposta ao senhor José Amador, fez a seguinte intervenção:

«Provavelmente deve ter havido alguma não percepção daquilo que eu teria dito. Não sei. Confesso que nem me recordo disso. Porque isso, enquanto venda ambulante, se calhar estamos a falar de 2008, esta transcrição que eu li foi em 2010, efectivamente já passou algum tempo. Agora, há algumas pessoas na sala que estavam comigo enquanto estivemos a discutir este assunto, relativamente à vinda desta superfície comercial, está escrito em acta e, portanto, a Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Concelho de Peniche, enquanto na minha pessoa ouviu todos os associados interessados e nenhum deles era a favor. Portanto, se efectivamente o deputado José Amador ficou com essa opinião, peço imensa desculpa, não era de todo essa a minha intenção e também confesso que nem sequer me recordo dessa conversa, nunca poderia dizer uma coisa dessas. Uma coisa é a minha opinião pessoal, e eu nunca estive a representar o PSD em nenhuma reunião, estive sempre a representar a ACISCP, portanto não seria efectivamente possível que isso tivesse acontecido.»

**José Amador (CDU):**

Em resposta à senhora Anna Clara Rodrigues, fez a seguinte intervenção:

«Isto é a palavra da senhora deputada, nesta altura, e a minha palavra. É a palavra de um contra a palavra do outro. Eu abordei-a, pessoalmente, na altura estava a representar a ACISCP, da qual era presidente, e o que me foi dito foi isto que acabei de referir e mais nada.»

**Cristina Leitão (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Quero perguntar ao senhor Presidente da Câmara, relativamente ao *Jornal Municipal*, que tenho aqui à minha frente, por que é que este jornal não foi dado a conhecer aos outros vereadores da Câmara, antes de ter sido divulgado da forma como foi, já que o senhor Presidente, enquanto vereador da oposição, gostava muito que os boletins municipais fossem vistos por si antes de saírem cá para fora. Eu pergunto: Desde 2003 até agora, o que é que mudou para os vereadores do PSD não poderem dar a sua opinião? Não saberem que conteúdos constam no jornal municipal?»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Colocou a seguinte questão à senhora Anna Clara Rodrigues:

«No tema das grandes superfícies, quando a deputada Anna Clara leu Presidente da Assembleia Municipal, não queria dizer Presidente da Câmara Municipal? Porque eu estive nessa reunião e votei contra. Em 2006 era eu e estive presente.»

**Anna Rodrigues (PSD):**

Em resposta ao senhor Presidente da Câmara, fez a seguinte intervenção:

«Eu transcrevi exactamente o que está no documento que diz acta da terceira reunião, que não foi redigido por mim, e diz: “o Presidente da Assembleia Municipal e o Director Regional de Economia manifestaram-se no sentido de não autorização”, mas era efectivamente o Presidente de Câmara.»

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Disse que não poderia ser o presidente da Assembleia Municipal porque ele não tinha estado naquela reunião.

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta à senhora Cristina Leitão, fez a seguinte intervenção:

«Quanto à questão do *Jornal Municipal*, acho um pouco estranho, tenho estado com os colegas de câmara, e eles estão aqui, a questão não me foi colocada por nenhum deles. O que nós fizemos, e foi imediatamente após ter sido editado, foi entregar logo um exemplar na primeira reunião.»

**Cristina Leitão (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Senhor Presidente, só tenho pena que isto seja assim, porque o senhor Presidente quando era vereador gostava de ver as coisas antes de estarem editadas, ou pelo menos saber o seu conteúdo, é o que diz no *A a Z*, na informação do boletim municipal, e, portanto, nós também gostaríamos de saber. Era de bom-tom fazer como antes gostava que fizessem consigo»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Quem é que na Câmara do PS ou PSD colocava o boletim ou o jornal à consideração dos vereadores da oposição? O jornal é da responsabilidade da presidência, aqui ou em qualquer outro lado. Agora, só porque é a CDU, a CDU tem que dar o exemplo, temos de ser todos bem comportadinhos, como a oposição quer. Na verdade isto nunca aconteceu, mas perguntem a quem esteve na Câmara, nos mandatos anteriores, o que é que fazia.»

**Ademar Marques (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Acho que não vale a pena prolongar a discussão, agora acho que é uma questão de ler o que ficou escrito sobre o que era a posição da CDU na oposição. Acho que temos que ser coerentes, se na oposição achávamos que devia ser dado a conhecer sobre o conteúdo antes de ser editado, não me parece que seja razoável, isso é que é dar o exemplo, todos devíamos dar o exemplo, independentemente de ser CDU, PSD ou PS, alguém devia começar.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu queria levantar algumas questões. Uma era sobre uma questão que eu levantei na última sessão ordinária, de Setembro, sobre a colocação de sinalética fornecida pela Estradas de Portugal, para a Câmara Municipal colocar no cruzamento de Geraldês, na E.N. 247. Levantei a questão porque essa sinalética esteve por colocar o Verão todo, mas ainda bem e queria felicitar a Câmara, porque no dia a seguir, depois de ter levantado esse problema, a sinalética foi colocada. Até aí não tinha havido disponibilidade, mas ainda bem que houve disponibilidade e praticamente foi no dia a seguir. Eu depois fiquei de alguma forma intrigado quando me levantaram o problema de alguns comentários que vieram no *Facebook*, nomeadamente no *Peniche Online*. Vem lá uma afirmação do senhor Vice-Presidente que me deixou de rastos completamente, eu queria mais ou menos transcrever essas palavras, dizia que: “O senhor Presidente devia preocupar-se mais em fazer obras na freguesia do que estar a levantar essa questão aqui na Câmara”. Senhor Vice-Presidente, nunca imaginei que conseguisse baixar a esse nível. Porque, se me queria dizer alguma coisa, dizia-me cara a cara, não ia para as páginas do *Facebook* ter uma afirmação dessas, que o Presidente da Junta de Freguesia devia era de preocupar-se com as obras nas localidades da freguesia e que era isso que as pessoas dessas localidades reclamavam, eram obras na freguesia.

«E eu agora constato, com este *Jornal Municipal*, as pessoas a questionarem que tem vindo algumas dessas localidades, se fazem parte deste concelho. Elas não têm dúvidas nenhuma que fazem parte da freguesia de Atouguia da Baleia, só têm dúvidas se fazem parte do concelho, porque as obras nas localidades da freguesia são da responsabilidade da Câmara, embora, se calhar, as únicas que lá têm sido feitas têm sido feitas por parte da Freguesia, e eles, ao lerem este *Jornal Municipal*, a maior parte das localidades da freguesia de Atouguia da Baleia estão completamente a leste no jornal. Daí as pessoas se interrogarem o porquê de não haver obras, se estão esquecidas. Mas isso só o Município lhes poderá dar essa resposta, da parte do senhor Presidente da

Junta de Freguesia sempre tem reclamado essas obras nas localidades.

«Eu queria levantar aqui mais algumas questões. Uma tem a ver com o estudo para o Largo do Bom Jesus, nos Bolhos. Como está esse estudo? Se está concluído? Se está em elaboração? O que é que se vai lá realizar?

«Querida levantar aqui outra questão. Eu prometi que agora em todas as Assembleias ia falar sobre os subsídios atribuídos à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e que ainda não foram contemplados. Mas há aqui um que me está a preocupar imenso, tem a ver com um subsídio que foi deliberado atribuir à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e tem a ver com as *Marchas Populares*. O ano está a findar e eu, nas primeiras semanas do ano, quero fazer uma reunião com as colectividades para elaborar a próxima edição das *Marchas Populares* da freguesia de Atouguia da Baleia e eles vão-me questionar. Vão-me questionar porque eles vieram actuar no *Festival Sabores do Mar* na condição de receberem esse subsídio e, até hoje, esse subsídio ainda não foi atribuído. Vão-me questionar o porquê da não atribuição desse subsídio. Eu próprio lhes disse que o subsídio só era entregue quando a Câmara Municipal pagasse à Junta de Freguesia. Querida saber se está para breve. O que é que eu posso dizer às pessoas?»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor António Salvador, fez a seguinte intervenção:

«Sobre a questão da sinalética, como foi visado aqui o senhor Vice-Presidente, ele falará. De qualquer forma, sobre o estudo para o largo dos Bolhos, foi adquirido um imóvel e com isso fizemos um ensaio com umas estruturas amovíveis, no sentido de encontrar ali uma solução num sítio que é um pouco complicado, a própria forma não seria fácil. Os serviços elaboraram uma proposta, que foi enviada à Junta de Freguesia, e a Junta de Freguesia não concordou. Acho que foi por ofício, agora não me recordo, que disseram que não concordavam. Portanto, eu senti, na altura, que o Presidente da Junta não teria ficado satisfeito comigo, ou com a Câmara, de ter feito uma reunião no sentido de auscultar algumas pessoas relativamente à solução para ali. Uma auscultação que o Presidente da Câmara tem toda a legitimidade para fazer. Em função disso, internamente, os serviços fizeram um estudo para ver como é que aquilo iria ser resolvido, depois veio esse ofício, não tenho presente, em que a Junta não concordava.

«A posição que a Câmara teve, na altura, é que aquela é uma solução e, por isso, enviou-a para a Junta se pronunciar. A posição que a Câmara tem, aliás discutimos isso em Câmara, havia ali 2 ou 3 soluções e encaminhámo-nos para uma solução em que o raio da rotunda é ligeiramente mais pequeno. Aquilo que eu posso aqui dizer, neste momento, é que para podermos retomar essa questão da solução, porque tem que se ter ali uma solução, e a Câmara Municipal e eu próprio tenho uma opinião. Eu creio que isso ficou resolvido em Câmara Municipal, uma das modalidades que estava prevista, por isso é retomar. A solução terá que ser com uma rotunda, e fiz aquilo, fui auscultar opiniões, e, depois de ter um trabalho mais ou menos elaborado, enviei-o para a Junta de Freguesia. Portanto, poderemos retomar esse assunto para encontrar aí a solução.»

**Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador:**

Em resposta ao senhor António Salvador, fez a seguinte intervenção:

«Relativamente aos assuntos que foram colocados, é o seguinte: Relativamente

à questão das obras e ao que está nos jornais, dizia ao senhor Presidente da Junta para não se importar muito com isso. Chamo a atenção e proponho uma leitura atenta, porque uma das obras que o jornal reflecte tem a ver com a igreja de São José. Julgo que é em Atouguia da Baleia! Julgo que estamos a falar em mais de 400 000,00 euros! Se isto não é obra... Peço imensa desculpa, mas isto é obra!

«Mas se o senhor Presidente quiser ir mais longe, abrigos rodoviários: Dos 11 abrigos rodoviários que foram adquiridos pela Câmara, 9 foram colocados na freguesia de Atouguia da Baleia. São necessários? Mas estão lá, custam cerca de 2000,00 euros cada, e podíamos ir por aí fora.

«É natural que, daqui a um ano, um ano e qualquer coisa, quando aparecer aqui neste jornal ou no *Jornal Municipal* uma obra tão grande como o Centro Escolar de Atouguia da Baleia as populações das outras localidades, possivelmente, vão dizer o mesmo: Que grande investimento que a Câmara fez, pena não fazer na nossa freguesia. Mas isso é normal, isso é dialéctico, o jornal é dialéctico, não para, daí a resposta que se impõe relativamente a isso.

«Relativamente à questão daquilo que eu disse, do mais ou menos, eu não me pronuncio, eu pronuncio-me sobre aquilo que eu disse efectivamente. E aquilo que eu disse efectivamente, aliás já foi aqui utilizada a palavra contexto, eu tenho muito respeito pelos presidentes de junta, porque fui mais anos presidente de junta do que aquilo que o senhor Presidente é, portanto ainda tem mais anos de presidente de junta para chegar ao mesmo número que eu fui, por isso tenho muito respeito pelos presidentes de junta. Faça o seguinte, esta questão foi discutida em 2 vezes em sede de mapa de obras, foram prestados os esclarecimentos que na altura dispúnhamos, e dizer que esta sinalética não é da responsabilidade do Município.

«Ao Município foi colocada a necessidade da mesma ser colocada, porque o Instituto de Estradas de Portugal não tinha pessoal para a colocar, e nós dissemos que colocava-mos, mas no quadro das nossas disponibilidades. É bom lembrar que das 45 ou 48 festas este ano, este número teve o total apoio dos trabalhadores da Câmara, entre as quais muitas dessas iniciativas ou festas na freguesia da qual o senhor é presidente da junta de freguesia. Os homens são os mesmos, a equipa que coloca sinais da Câmara é composta por 3 pessoas, que no Verão fez este número de festas que eu referi, que é um número nunca visto aqui no concelho e por isso eu expliquei aqui na Assembleia, essa foi uma das razões. As pessoas também têm direito a descanso, a férias, e por isso não foi colocada de imediato, mas expliquei mais, expliquei aqui na Assembleia que não nos tinha sido colocada na íntegra toda a sinalética e, como tal, nós não podíamos colocar metade da sinalética e depois deixar a outra metade por colocar. Isto foi confirmado junto do senhor Comandante Operacional e junto dos nossos serviços técnicos.

«Relativamente ao facto a eu o ter deixado de rastos, eu sei que isso é uma figura retórica, portanto entendo isso como uma situação normal de um desabafo.

«Falta a questão com das *Marchas Populares*, que tem a ver com uma iniciativa do *Festival Sabores do Mar*, qua ainda falta pagar, vamos ver nos próximos dias da disponibilidade financeira.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador**

**(PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Em relação à sinalética, que fique aqui claro que eu felicitei a Câmara pela sinalética, a minha mágoa é só as declarações que o senhor Vice-Presidente deu para as páginas da internet, com afirmações que o senhor Presidente da Junta de Freguesia devia de se preocupar mais com as obras das usas localidades.

«Em relação à rotunda dos Bolhos, houve esse parecer que não concordava com a rotunda naquele espaço, de qualquer forma, a nossa mágoa, da parte da Junta de Freguesia, é que foram elaborados 3 estudos para o local, e à Junta de Freguesia só foi dado conhecimento a solução n.º 2 e depois de ter sido aprovada na Câmara Municipal. A nossa mágoa foi em relação a isso, da parte da Junta de Freguesia nunca ter conhecimento dos estudos, só teve conhecimento de um dos estudos, que era a solução n.º 2, depois de ser aprovada na reunião de Câmara. Até hoje desconheço completamente as outras soluções para aquele espaço.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor António Salvador, fez a seguinte intervenção:

«A qualquer momento nós falamos sobre isso. Acho que não tens que ficar magoado quando perante uma situação concreta que existe, de uma necessidade sentida, a Câmara Municipal obviamente apreciou. Acho um pouco estranho que a Câmara Municipal não tenha enviado, ou mesmo que não tenha enviado, se tu quisesses pedias. Alguma vez a Câmara Municipal ou algum técnico recusou algum pedido?

«Não tens que estar magoado, é perfeitamente absurdo isso, em minha opinião. A Câmara Municipal fez aquilo que devia ter feito, tem os técnicos, apreciou e enviou. Se dissesse: foi aprovado um, havia mais, posso saber? Posso ver? Acho que isto é de uma relação, acho que nós temos tanto que fazer, pusemos os técnicos a trabalhar. A Câmara Municipal também tem competências, com muito respeito por todos, a Câmara Municipal analisou e disse: aquela solução será a melhor para ali. E enviou-a, como sempre faz, qualquer decisão a esse nível, para apreciação da Junta de Freguesia. Nós não mandamos executar a obra sem mandar para parecer.

«A qualquer momento nós marcamos uma reunião, para analisar as soluções que foram apreciadas e aquela que a Câmara Municipal aprovou para enviar para a Junta de Freguesia, não para executar de imediato. Se tu tinhas uma opinião diferente, acho que devias ter pedido uma reunião. Eu estou disponível para apresentar o que foi a justificação e, se tiveres uma opinião diferente, vamos lá ao terreno, para resolver o problema.»

**Cristina Leitão (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Na semana passada, quando foram feitas aquelas pinturas no estacionamento do tribunal, achei muito bem e estava expectante com aqueles trabalhos que começaram a decorrer ali, porque achei que aquilo que eu já pedi várias vezes aqui na Assembleia Municipal, que fosse feito um estudo, que fosse considerada alguma solução para a Rua António da Conceição Bento e para a Rua Arquitecto Paulino Montez, em que os

automóveis andam em sentido contrário. Já disse aqui várias vezes e volto a dizer, não é mesmo exagero, com uma solução de pinturas no pavimento, como foi feito para o estacionamento do tribunal, resolviam-se alguns problemas. Portanto gostava muito que se esforçassem para resolver essa situação, porque primeiro que a organização do estacionamento está a segurança das pessoas, por isso seria mais importante não andar em sentido contrário naquelas vias.»

**Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador:**

Em resposta à senhora Cristina Leitão, fez a seguinte intervenção:

«Eu julgo que são dois assuntos diferentes, porque o estacionamento junto ao tribunal foi objecto de apreciação em Comissão de Trânsito e depois deliberação de Câmara. A aproveitámos agora esta época para executar. Em relação à outra questão, fica para o ano de 2012, para fazer essa intervenção, aliás temos muita coisa para melhorar na área do trânsito.»

**Filipe Sales (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«A minha questão prende-se com o dia 24 de Novembro deste ano que está a terminar, o dia da greve geral dos trabalhadores, segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, o Município de Peniche, nomeadamente, os Paços do Concelho, teve uma adesão à greve na ordem dos 100%. A minha intervenção prende-se apenas de aferir a veracidade e a validade destes dados. Houve mesmo adesão de 100% dos serviços dos Paços do Concelho?»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor Filipe Sales, fez a seguinte intervenção:

«Uma coisa é a afirmação do sindicato, outra coisa será aquilo que venha a ser a informação que os serviços administrativos irão prestar à Assembleia Municipal sobre esse assunto.»

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Fica aqui explícito que será prestada uma informação, sobre esta questão, à Assembleia Municipal.»

**Ademar Marques (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Naturalmente reconhecendo que há algo que se chama autonomia local e autonomia para tomar decisões relativamente ao funcionamento dos serviços do Município, eu permito-me questionar a opção da Câmara de dar ontem tolerância de ponto aos funcionários, não tendo o Governo decidido nesse sentido relativamente aos demais trabalhadores da Administração Pública.

«Faço-o não por achar que os funcionários não merecem ou que muitos deles não iriam passar o Natal fora se não tivessem a tolerância de ponto, mas acontece que numa situação, como o senhor Presidente escreve no editorial do *Jornal Municipal*, de

continuação da redução de custos, em que sabemos de antemão que a qualidade de desempenho global do Município de Peniche vai diminuir, se não será nestas coisas que se pode evitar que haja uma diminuição do desempenho global.

«Se se trabalha menos um dia, em que há processos para despachar e não são despachados, uma vez que se vai cortar nas horas extraordinárias, como sabemos e como vamos depois discutir no orçamento, será necessário cortar no número de pessoal da Câmara, se não seria de aproveitar melhor todas as horas disponíveis e evitar, neste caso, algo que era realmente dispensável, uma vez que o Natal foi ao fim-de-semana e o Governo, numa situação de crise e pelos mesmos motivos, decidiu não dar tolerância de ponto.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor Ademar Marques, fez a seguinte intervenção:

«No início do ano, a Câmara Municipal deliberou no sentido de ver para todo o ano quais é que seriam os momentos que se poderiam equacionar a questão da tolerância de ponto, de acordo com aquilo que vinha sendo hábito, e um hábito que foi assumido pelos municípios ao longo dos anos. Quando a questão surgiu agora, fiz alguns telefonemas, não foram cirúrgicos, mas parece, falei com o Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, que ainda deu mais do que aquilo que estava e ia manter, ele é jurista. Perguntei se haverá algum inconveniente do ponto de vista formal. Não. E ele manteve. O Presidente da Câmara Municipal da Arruda dos Vinhos, um PS e este PSD, e Presidente da Comunidade Intermunicipal e manteve também. E fizemos isso, mantivemos.»

«Não creio que isso ponha em causa alguma questão relativamente à grande produtividade ou não, eu considero que não é pela questão que agora se possa colocar, relativamente à resolução dos problemas. Sentimos que havia condições para isso e fizemo-lo e não teve por parte dos cidadãos nenhuma atitude que possa questionar a deliberação que, unanimemente, tivemos em Câmara Municipal.»

**Ademar Marques (PSD):**

Como réplica, fez a seguinte intervenção:

«Eu não questionei, em momento algum, a legalidade do assunto, questionei a oportunidade política, isso sim, mesmo em função das suas declarações, que me parece questionável, a legalidade não tenho dúvidas que é legal.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor Ademar Marques, fez a seguinte intervenção:

«Eu sei que não estavas a colocar a questão da legalidade. Mas, em primeiro lugar, nós colocámos essa questão para nós. Era uma deliberação que já estava tomada desde o princípio do ano e as pessoas já tinham organizado as suas vidas em função disso, por isso mantivemos a deliberação que tínhamos tomado já no princípio do ano.»

**Tiago Gonçalves (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Sobre a venda ambulante ou feiras, assiste-se a um mercado à porta do

Mercado, que no fundo não é mais do que uma autêntica feira, e só não vê quem não quer. O regulamento de venda ambulante está publicado, foi aprovado em sede de Assembleia Municipal, recordando aqui algumas memórias, teve que lhe introduzir alterações para melhorar alguns erros que tinha. Foi publicado o edital com os locais de venda? É a pergunta inicial que deixo. O que falta para que este regulamento passe a ser escrupulosamente cumprido? Isto porque se, no passado, se justificava a actuação fiscalizadora menor pela necessidade de rever o regulamento, agora, que ele está revisto, qual é a desculpa? Vamos andar sempre a passar a batata quente de umas entidades para as outras? Ou de factos para factos?

«Sobre as questões de trânsito:

«O cruzamento de dois veículos em sentidos diferentes na Rua da Alegria, em Peniche, em parte dessa rua, com viaturas estacionadas num dos lados dessa rua, torna-se complexo e há que encontrar uma solução para este caso. Deixamos aqui essa nota.

«Sobre a Estrada dos Remédios: O trânsito pedonal, essencialmente estudantes para a Escola Superior de Turismo e Tecnológica do Mar, em certas zonas desse troço a circulação nem sempre é a mais segura para os peões e há que encontrar aqui, também, uma solução para este problema. Mais uma nota que deixamos.

«A colocação de lombas limitadoras de velocidade na Rua Cruz das Almas, em Peniche. Há um prazo previsto para realizar essa colocação?

«Sobre a Avenida do Porto de Pesca: A rotunda recentemente construída pode muito bem ter tido resultados no que toca à diminuição de velocidade naquela avenida, isso penso que não está em dúvida. E agora temos que ter um mínimo de bom senso, e penso que qualquer um de nós, há excepção de algumas pessoas que não querem ver essas questões, consegue perceber que um pesado e um ligeiro não conseguem fazer circulação simultânea naquela rotunda, apesar daquela avenida ter quatro vias de trânsito. Por isso é que é importante, na nossa opinião, reavaliar aquela obra e fazer as necessárias melhorias sem qualquer tipo de problemas. Quanto a dar o braço a torcer sobre esses assuntos, porque, quando as coisas não ficam como se pretende, há que melhorar, e só não se melhora quando não se quer.

«Depois, a entrada antiga do Porto de Pesca: Será que algum dia vamos ver algum autocarro a parar ali naquele espaço? É que há quem diga que aquilo não tem dimensão suficiente para fazer um encosto de autocarro. São opiniões, valem o que valem, os técnicos terão as suas. No local eu não vi nenhum fazer essa paragem. Aquele espaço ainda não tem nenhum abrigo rodoviário, mas, a seu tempo, estaremos cá para ver.

«Berlenga, Reserva da Biosfera. Muito bem! Nós associámo-nos ao voto que foi apresentado, mas também não podemos deixar de salientar aqui uma questão. Quem leu a edição de 11 de Novembro de 2011, do jornal *A Voz do Mar*, pode encontrar lá uma notícia com preocupações manifestadas pela Liga para a Protecção da Natureza, acerca do número de vigilantes da natureza que a reserva dispõe. Como tal, há que fazer esse trabalho de sensibilização das entidades governamentais para que este reconhecimento aumente a sua responsabilidade, relativamente à Reserva da Berlenga.

«Por último, no dia 7 de Novembro, os Deputados à Assembleia da República e da Assembleia Municipal do Partido Socialista foram visitar o hospital de Peniche e recebidos pelo Conselho de Administração. Nessa visita de trabalho, tivemos a

oportunidade de manifestar as nossas preocupações relativamente ao serviço de urgências. Fica esta nota aqui, nesta secção, dessa visita. Mantivemos, como é óbvio, a nossa linha de pensamento relativamente ao Serviço de Urgência Básica e a necessidade da sua manutenção no hospital de Peniche.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor Tiago Gonçalves, fez a seguinte intervenção:

«Sobre o reconhecimento da Berlenga como Reserva da Biosfera, deve haver, em várias actas da Câmara Municipal, aquilo que foi o testemunho das preocupações que eu manifestei. Era Governo o Partido Socialista, quando o Secretário de Estado do Ambiente alterou aquilo que era o modelo de gestão das áreas protegidas. Recorde-se que, em determinada altura, havia um conselho directivo, de que a Câmara Municipal fazia parte, a par da Reserva e do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade.

«Pelo Governo do Partido Socialista e por esse Secretário de Estado, foi anulada essa forma de gestão e o Município de Peniche só teve lugar, a partir daí, num conselho estratégico, que pouco mais seria do que consultoria. Isso foi uma das decisões que nós entendemos que foram incorrectas, além disso, também no passado e durante o Governo do Partido Socialista, reduziram-se os 6 vigilantes, em determinada altura só existia 2 vigilantes. Essa foi uma preocupação que coloquei várias vezes na Câmara Municipal e coloquei em sede do Conselho Estratégico da Reserva da Berlenga. No retomar agora, com este Governo e com o actual Secretário de Estado das Florestas, que é quem tem o Instituto da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas, foi colocada a necessidade de alteração do que vai ser o protagonismo dos municípios. Ele também foi presidente de câmara, em Ponte de Lima, como sabem, e o sentimento com que eu fiquei foi que ele pretende que os municípios tenham uma intervenção mais activa relativamente a isso.

«O facto da Berlenga ter sido reconhecida como Reserva da Biosfera motivou, da minha parte, um pedido de reunião urgente ao actual Ministério da Agricultura, Mar e do Ambiente, que foi concedida de imediato, onde estas preocupações foram manifestadas, de modo a que o reconhecimento da UNESCO seja devidamente salvaguardado e valorizado e estamos a contar que, agora, este Governo, possa corrigir algumas coisas que anteriormente foram feitas contra as áreas protegidas.

«Relativamente à referência a esta iniciativa do Partido Socialista, relativamente ao Serviço de Urgência Básico, obviamente que nós subscrevemos, em absoluto, essa posição do Partido Socialista. Aliás, foi durante o próprio Governo do Partido Socialista, com o Ministro António Correia de Campos, que essa decisão foi tomada, embora não tenha havido o conseqüente investimento. Porque, se calhar, quando há gente que fica um pouco periclitante ou preocupado com o futuro, tem a ver com aquilo que foi assumido em 2008, de se fazerem obras, de acordo com aquilo que são os recursos adequados a um Serviço de Urgência Básico e não foram feitas. Por isso, todos os esforços serão bem-vindos e a acção que o Partido Socialista desenvolveu só vem reforçar e chamar a atenção para a necessidade de haver esses investimentos a par de outros.»

**Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador:**

Em resposta ao senhor Tiago Gonçalves, fez a seguinte intervenção:

«O Tiago colocou um conjunto de questões relativamente ao trânsito, algumas que merecem registo para serem executadas, outras merecem ser comentadas.

«Relativamente à questão na Rua da Alegria, é uma questão para nós verificarmos.

«A questão das acalmias de trânsito na Rua Cruz das Almas, não posso avançar com datas, porque isto depende da matéria-prima para fazer esse tipo de intervenção, estou a falar de alcatrão.

«Relativamente à rotunda da Avenida do Porto de Pesca, eu tenho muita dificuldade em perceber a continuação da colocação deste problema. Nós tínhamos dois tipos de problemas naquela via. Tínhamos um problema que era o excesso de velocidade, era o problema n.º 1, ou seja a segurança de pessoas e de bens, acho que esse problema foi resolvido de forma eficaz. Uma obra que custou pouco dinheiro, feito com os meios da Câmara, normalmente não se fala nisto, em cerca de 20 dias, toda aquela obra em cerca de 20 dias, que é um prazo muito bom para executar uma obra daquela natureza. Por outro lado, resolvemos também um problema de muitas queixas que tínhamos, em que tínhamos uma autoridade, que é para isso que existe, e que, com regularidade, estava ali a fazer controlo de velocidades, com tudo o que isso significa em termos de arrastamento de consequências, estão mesmo a ver o que é que eu estou a dizer, eram multas com fatura. Por isso resolvemos também esse problema.

«Depois, relativamente à rotunda, o projecto da rotunda que foi executado não foi o projecto que foi aprovado inicialmente, sofreu alterações, sofreu melhorias, porque aquele tipo de intervenção, obrigatoriamente, vai evoluindo no terreno. A implementação da rotunda sofreu alterações, aliás dá para verificar onde está centrada a rotunda. Eu só queria chamar a atenção do seguinte: Uma rotunda não tem como objectivo possibilitar que as pessoas circulem com a maior das facilidades, mas sim o contrário, permitir que as pessoas circulem em segurança, mas com velocidade reduzida. Aquela rotunda, sem dúvida nenhuma, faz com que isso aconteça.

«Relativamente à necessidade de corrigir, se estiver mal, é uma questão que podemos colocar aos nossos técnicos, porque aquilo é uma questão meramente técnica, e vamos ver o que é que os nossos técnicos dizem sobre isso.

«Relativamente à questão da entrada antiga do porto de pesca, ó Tiago, com o devido respeito pela questão que foi colocada, eu discordo frontalmente. Discordo e vou dizer porquê. Porque, aquilo que acontecia, isso sim, era mau. Existia uma paragem mais à frente daquela que tem neste momento, que tem uma zona para segurança até das próprias pessoas que circulam naquela zona da via, e foi aproveitada uma área que foi considerada pelos nossos técnicos com a largura de um autocarro, suficiente para fazer a paragem desse mesmo veículo. Falta um abrigo rodoviário, como referi há pouco, a propósito de uma intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, dos onze abrigos rodoviários, nove foram colocados na freguesia de Atouguia da Baleia, os outros dois, um foi colocado na freguesia de Serra d'El-Rei e o outro na freguesia de Ferrel, na estrada entre Baleal e Ferrel, e não ficámos com mais nenhum. Portanto, neste momento, está um processo de aquisição desse tipo de equipamento em curso e, quando tivermos os mesmos, vamos colocar ali um abrigo

rodoviário. Agora a existência ou não de um abrigo rodoviário não coloca em causa a paragem de um autocarro ali, nós quando estamos a falar de um autocarro, estamos a falar do “Chora”, como as pessoas tradicionalmente chamam, o carro dos transportes urbanos, mas a área que ficou ali disponível foi a área que os nossos técnicos consideraram necessária para esse efeito.

«Agora há uma coisa que é verdade, também ali aumentámos a segurança, porque o que ali aconteceu durante muitos anos foi os autocarros pararem numa faixa de rodagem, e deixaram de parar, eu julgo que isso é bom. Também temos que registar aquilo que é bom.

«Aproveito para dizer o seguinte: Os próprios partidos que estão aqui representados, têm um representante seu na Comissão Municipal de Trânsito. Aqueles que tiverem propostas relativamente ao trânsito, fazem o favor de, através do seu representante, as fazerem chegar à Comissão de Trânsito.

«No dia da reunião da Comissão de Trânsito foi possível abrir ao público a Ponte Velha, que também resolveu um problema que tínhamos há algum tempo e não foi ainda aqui registado. Dizer, ainda, que está em fase de adjudicação a semaforização do dispensário, que era uma reivindicação que a Assembleia fazia, há muitos anos e justamente. Por isso, nos próximos dias podemos ter aquela obra também a avançar, com o sistema de semaforização em todo o cruzamento.

«Relativamente à venda ambulante, é o seguinte: Já foi aqui referido nas últimas Assembleias que nós temos um problema para o qual ainda não encontramos solução. Nós levámos este assunto à reunião de Câmara, não foi consensual a solução que foi apresentada e ficámos de estudar outras soluções. É isso que estamos a fazer. Admitimos, perfeitamente, que esta componente do regulamento de venda ambulante não está em vigor, porque não temos a melhor solução para resolver o problema dos feirantes junto ao mercado. Como sabem, é um problema que já tem barba rija, é quase como o Pai Natal, e já tem a barba branca também como o Pai Natal. Não é um problema destes seis anos de mandato. Por isso, assim que tivermos uma solução, obviamente que daremos conta à Assembleia Municipal e entrará em vigor assim que possível.»

**Cristina Leitão (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«No seguimento da intervenção do senhor Vereador Jorge Amador, eu quero dizer que, já que deu aqui abertura para que na Comissão de Trânsito se possam apresentar sugestões, eu quero dizer que o nosso representante na Comissão de Trânsito já apresentou uma sugestão para a rotunda do dispensário. Uma situação muito importante, que já devia de estar resolvida há muito tempo, para a qual a nossa solução parecia não servir. Na verdade, a dificuldade destas coisas é que nós até apresentamos as soluções, mas depois não servem, porque entretanto o que era preciso eram semáforos naquele local. Foi isso que foi discutido e foi isso que foi efectivamente deliberado. A verdade é que os semáforos não aparecem, já morreram uma série de pessoas ali, porque não estão os semáforos e nós podíamos optar por uma solução. Nós já apresentámos soluções que achávamos que deviam ser consideradas e, já que nos deu essa abertura, nós vamos submeter novamente a solução.

«Agora, no seguimento da minha primeira intervenção, relativamente ao *Jornal Municipal* e aquilo que é hoje a postura da Câmara relativamente a coisas que, nomeadamente o senhor Presidente, enquanto vereadores não tinham a mesma posição. Eu chamo aqui a atenção que o senhor Presidente, enquanto vereador, achou que, no mínimo, os membros da Câmara deviam ser informados das visitas e outros acontecimentos que se verificassem no concelho, isto em Janeiro de 2005. Então eu pergunto: Porque é que os nossos vereadores do PSD não foram informados que os outros membros da Câmara iam abrir a chamada Ponte Velha? Porque nós tivemos conhecimento que isto ia acontecer através de umas fotografias da comunicação social. Portanto, os nossos vereadores não foram informados que isso ia acontecer e seria também de bom-tom que isso acontecesse, no seguimento daquilo que era o vosso desejo enquanto vereadores da oposição. Para terminar este ponto, dizer que fiquei muito satisfeita por ver aberta aquela ponte rodoviária, porque vem resolver o problema e esperamos todos que a obra se faça do melhor modo.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta à senhora Cristina Leitão, fez a seguinte intervenção:

«Cristina, por uma questão de respeito pelas pessoas, quando nós dizemos que morrem não sei quantas pessoas, acho que devemos ter algum cuidado. Todos nós sabemos que aquilo é um sítio para fazer uma intervenção, tem havido múltiplas propostas, não há propostas que não sejam consideradas, depois o encontrar a solução, a solução é que pode não ser aquilo que as pessoas propõem. Acho que devíamos ser mais contidos em relação às mortes, porque quem não souber, aliás gostava de saber naquela rotunda e porque falaste no plural, gostava de saber se existe algum registo, eu lembro-me de uma pessoa que morreu lá, por isso temos que ter algum cuidado.

«Relativamente à Ponte Velha, mais uma vez eu acho, com muito respeito pelos meus colegas, com muito respeito pela tua intervenção, é que de repente estão aqui a ser colocadas questões que não foram colocadas pessoalmente na reunião de Câmara e na relação que eu tenho fluída com os senhores vereadores. Naquele caso, nós não sabíamos bem se aquilo ia ficar pronto ou não. Conseguiu-se e fomos fazer logo a abertura, achei interessante e demos logo conhecimento às pessoas para puderem utilizar. Enfim, vou ter que falar com os meus colegas para saber porque é que há questões que eu tenho aqui conhecimento e que não me são colocadas pessoalmente e no órgão próprio. Acho isso um pouco admirável, porque não me recordo que essa questão tenha sido colocada.»

**Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador:**

Em resposta à senhora Cristina Leitão, fez a seguinte intervenção:

«Relativamente à chamada rotunda do dispensário, julgo que nós estamos aqui a subverter aquilo que eu disse, porque eu fui muito claro. A solução do dispensário foi encontrada, inclusivamente a solução técnica, foi encontrada e está em fase de adjudicação a obra da semaforização. Nisto, não há nenhuma contradição com a proposta que foi feita pelo Paulo Balau, na reunião da Comissão de Trânsito. O Paulo chegou lá, deu a sua opinião, mas nós não a tivemos em conta, porque achámos que a outra era melhor. Mas isso é normal, nós temos que decidir. O facto de haver uma

proposta não quer dizer que a proposta não seja válida. A Comissão de Trânsito e o executivo municipal decidiram que aquela era a melhor solução e foi isso, avançámos.

«A obra está em fase de adjudicação, falta só o senhor Presidente assinar, senão assinou mesmo hoje, a adjudicação da obra à empresa. Será feita a partir do próximo mês de Janeiro e com os prazos que estão previstos em termos de realização da obra. A abertura para as propostas não podia ser outra coisa, nós estamos aqui é para ouvir os membros da Assembleia. A Assembleia tem sugestões, nós recolhemos, tecnicamente é possível, executamos, temos meios, fazemos, esse é o nosso papel.»

**José Leitão (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Duas questões rápidas. Uma tem a ver com a intervenção do Tiago, há pouco, sobre a questão do hospital. Também eu tenho manifestado as minhas preocupações ao longo dos anos sobre esta matéria. Lamento, mas mais vale tarde do que nunca, que esta visita dos Deputados do Partido Socialista e dos membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, não tenha sido há um ano, ano e meio atrás. Se tivéssemos tido o privilégio dessa visita no período em que o Governo que deu cabo do nosso hospital, ou que iniciou o processo de destruição do nosso hospital, se calhar, essa destruição não se tinha consumado. Mas pronto, mais vale tarde do que nunca e colhi com muito bom agrado mais esta solidariedade dos Deputados à Assembleia da República do Partido Socialista.

«Dizer também que, na minha opinião, a questão do hospital não é a questão do Serviço de Urgência Básica, a questão do hospital é a questão do hospital em Peniche, no seu todo. Volto a dizer que, para mim, tem os dias contados e os responsáveis são o anterior Governo, o actual Governo e todos nós. Tenhamos todos a consciência disso, que andamos aqui a conversar, a conversar, a conversar sobre isto e pouco ou nada fizemos. É a minha opinião, eu também me estou a incluir.

«Outra questão. Aqui há dias colocaram-me uma questão, não soube responder, falta de atenção minha, mas depois fui à procura de resposta. Vieram umas pessoas ter comigo e perguntaram-me se a Câmara tinha recebido milhões de euros da *Rip Curl*, por causa do campeonato mundial de surf. - Não sei de nada, mas acho que não. A Câmara deve é ter pago, e quanto a mim até acho normal que o tenha feito, porque é um patrocinador do evento. - Mas ah, não, não, isso vem no jornal, recebeu 6 milhões, 10 milhões. Uma confusão de milhões!

«Com a crise que anda aí e receber assim tanto milhão isto merece uma pesquisa. Fui à procura e encontrei em dois jornais, com algumas questões que são contraditórias, e gostava que o senhor Presidente da Câmara, se pudesse, me esclarecesse, nomeadamente no *Jornal Municipal*, vem um extracto do *Correio da Manhã* que diz assim: "Surf dá retorno de 10 milhões". Depois, lá dentro, diz assim: "O director da prova revelou à lusa que a prova tem um orçamento de 1,6 milhões de euros, suportados pelos patrocinadores, e que esse valor sofreu já uma racionalização de custos. Este ano a organização prevê superar o resultado da edição passada, que foi de 10 milhões de euros, face ao investimento tido, com uma taxa de ocupação de hotelaria de perto dos 100% e com cerca de 120 mil visitantes."

«Aqui põe-se uma questão que gostava que fosse esclarecida: Quando o

director do *Rip Curl* diz que foram investidos 1,6 milhões de euros, suportados pelos patrocinadores, a Câmara está incluída nos patrocinadores? Qual foi a quota que teve nisto? Para mim não tem nada de mal que tenha gasto dinheiro nesta prova, já o disse mais que uma vez, mas gostava de saber o valor.

«Depois fui procurar outro jornal, o *Jornal de Leiria*, e aqui ainda fiquei mais baralhado, que diz assim em grandes letras: “Surf em Peniche teve retorno mediático de 12 milhões de euros”. A minha santa ignorância aqui pasma, porque eu não sei o que é o retorno mediático. Por isso gostaria de saber o que é. Dizem, à frente, que foi com 55% de internet, 24% da televisão, etc.. Mas como é que se quantificou estes 12 milhões de euros de retorno mediático? Ainda se fosse imediato, podia ser logo o dinheiro a entrar, mas não é, é mediático, fiquei um bocado aflito. Mas depois, no mesmo jornal, o senhor Presidente da Câmara diz: “A nona etapa do circuito mundial de surf permitiu que 6,5 milhões de euros fossem gastos no nosso concelho, o que é incomensurável é o impacto para o concelho, a curto, médio e longo prazo.” Portanto, estão a ver a dimensão de euros que temos em 3 dias, imaginem se isto fosse 30 dias.

«No fundo, gostava de ser esclarecido em três questões, fiquei totalmente baralhado com tanto milhão:

«Primeira: Se deste orçamento de 1,6 milhões, totalmente suportados pelos patrocinadores, se a Câmara está incluída e quanto é que foi a sua parte?

«Segunda: Se o senhor Presidente da Câmara sabe o que é este retorno mediático de 12 milhões? O título diz 12 milhões de euros, mas depois, lá dentro, a notícia é mais pormenorizada e diz 12,35 milhões de euros, o que é mais sofisticado, por acaso não fala em cêntimos, mas, de qualquer maneira, tem assim um valor que é interessante. Como é que se calcula? Também não sei.

«Terceira: Senhor Presidente da Câmara, qual foi o critério que usou para determinar que foram gastos, nestes 3 dias, 6,5 milhões de euros no concelho? Onde e como.

«Ainda outra questão, dada a dimensão, que é de facto muito dinheiro, e ainda bem que assim é, se isto teve algum impacto. Se não foi pontual, se provocou a criação de emprego, se provocou o aparecimento de novas empresas, sejam elas na área comercial ou prestação de serviços. Porque estamos a falar de muito dinheiro em tão poucos dias, por isso eu fiquei cheio de dúvidas e, com a minha ignorância, não consegui responder à pessoa que me tinha perguntado o que era isso dos milhões. Se fosse possível dar-me estas três respostas, agradecia.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor José Leitão, fez a seguinte intervenção:

«Relativamente à questão aqui colocada, o orçamento global da prova está entre 1,5 e 1,6 milhões de euros. Grande parte desse valor é assumido pela *Rip Curl*. O Turismo de Portugal, o envolvimento que teve no primeiro ano foi de 500 mil euros, no segundo ano foi de 350 mil e este ano 250 mil, e ainda não pagou. Para se perceber, grande parte do investimento é depois coberto pelos patrocinadores, em que interveio este ano, pela primeira, vez a EDP, depois também com a TMN.

«No que diz respeito à Câmara Municipal, no ano passado, o valor global do nosso investimento situou-se na ordem dos oitenta mil euros, mas contabilizando as

horas dos trabalhadores, máquinas, etc., ou seja, a rentabilização de custos fixos uma parte e alguma componente variável. Este ano também teve dentro da mesma ordem de grandeza, na ordem dos setenta e cinco mil euros, que são fundamentalmente de rentabilização de custos fixos, estão quantificadas todas as horas dos trabalhadores, mesmo em horas normais, etc.. Verifica-se, aliás, que, face ao investimento global no 1,6, este valor do envolvimento público não chega a 18% do total. Este tem sido o argumento que nós temos utilizado para que o Governo, através do Turismo de Portugal, possa manter esse apoio, inclusivamente nesta questão do grande desígnio do mar.

«Quando se fala relativamente ao retorno mediático, existe uma métrica própria para ver, em função da presença dos diversos órgãos da comunicação social, quanto é que isso vale. É uma métrica que é feita e é reconhecida internacionalmente. Foi feita por uma empresa que é contratada directamente pela *Rip Curl* e que faz esse trabalho. Poderei enviar, para perceberem como é que é definido, como isso é quantificado e aparecem aí esses cerca de 10 milhões de retorno. E não está quantificado tudo aquilo que é o retorno internacional, que nem sempre se tem em tempo todas as informações. Dizer, também, que há uma métrica que tem a ver com o número de páginas vistas durante aquele período, que tem vindo a subir. Cerca de 6 milhões no primeiro ano, 8 milhões no segundo e, este ano, à volta de quase 10 milhões de páginas vistas na internet. São tudo elementos que são fornecidos por essa empresa.

«Quanto à questão de retorno, quando se apontava para a possibilidade dos 10 milhões, não tem a ver só com o concelho de Peniche, tem a ver com Óbidos, Caldas, Bombarral e Lourinhã, por causa das questões de alojamento, etc.. Foi feito a partir de um estudo que foi desenvolvido em conjunto com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, a partir de um gabinete do próprio Instituto Politécnico de Leiria, que, em função dos inquéritos que foram feitos também nos dois anos anteriores, como este ano também foi feito, em função do número de pessoas, quais eram os alojamentos onde ficavam, onde comiam, etc.. É a partir dessa métrica que foi feito esse cálculo, tendo, inicialmente, havido a previsão dos 10 milhões, porque isso tem também uma fórmula própria, tendo em conta a redução do número de dias, porque houve muita gente que ficou para além dos 3 ou 4 dias em que a prova se desenvolveu, foi esse o número que foi apontado. Agora, eu não tenho dúvida nenhuma que o retorno global do campeonato do mundo é qualquer coisa que deverá continuar a ser aprofundado, daquela relação que nós pretendemos com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar ao nível do observatório.

«A esse propósito dizer também que, para termos uma métrica cada vez mais apurada, está a ser feito um estudo com o envolvimento da Universidade Nova, denominado *O valor das ondas e a cultura oceânica*. O estudo integra várias faculdades da Universidade Nova, desde a Faculdade de Economia à Faculdade de Ciências e Tecnologia, de modo a poder haver uma forma, cada vez mais afinada, para se poder chegar a esses números. Até para evidenciar o valor que as ondas têm, que às vezes há aspectos que nós não dominamos tanto. Portanto, não foram números produzidos pelo Presidente da Câmara, foram do conjunto das entidades que estão envolvidas connosco.»

**José Leitão (PSD):**

Em réplica ao senhor Presidente da Câmara, fez a seguinte intervenção:

«Agradeço as explicações, mas, de facto, vou ter de recordar que, há pouco, o senhor Presidente fez referência à Cristina Leitão que sobre certas matérias devia de ter rigor nas afirmações que fazia, e eu não posso concordar mais com isso. Mas, vai ter de me perdoar, o senhor também afirmou que 6,5 milhões foram gastos no concelho, agora aqui reconheceu que foi neste concelho, no das Caldas, Óbidos, etc., aí já julgo que é bom, infelizmente não foi no concelho. Eu falei com diversas pessoas ligadas à hotelaria, antes de pôr aqui a questão, quer em restauração, quer em dormidas, e riram-se quando lhes disse que estava estimado que aqueles 4 ou 5 dias tinham deixado 6,5 milhões em Peniche, aqueles que facturam ao dia, que lhes entram logo o dinheiro.

«Em relação à questão do custo e do investimento, quero dizer-lhe que é a primeira vez que ouço falar neste número, se calhar a culpa é minha, acho bastante razoável e, da maneira como o põe aqui, imputar estes custos que teve, os trabalhadores não fazem outra coisa e isso tem que estar aí, e acho muito bem que assim seja, e que continue no sentido de, cada vez mais, a Câmara cobrar e não pagar, se alguma vez fosse possível isso. Até porque temos um exemplo interessante, no meio deste mundo em crise na área do turismo, que é Barcelona, que no meio da crise criou um imposto de turismo de 3,00 euros. Quem quer ir a Barcelona tem que pagar 3,00 euros. É evidente que está incluído no bilhete de avião, seja onde for, mas eles ganham 3,00 euros por cada pessoa que lá entra, ou seja, o estatuto que o seu turismo, fundamentalmente património arquitectónico, atingiu foi de tal maneira que eles, mesmo com a crise, já cobram para lá ir. Não quero pensar que nós consigamos chegar lá, mas nós temos um património que é tão nosso e que é quase tão exclusivo que fico satisfeito de saber que tivemos uma componente financeira que eu considero perfeitamente razoável para a dimensão do investimento e que seria óptimo se chegássemos a uma situação quase tipo Barcelona, pagarem para cá vir.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor José Leitão, fez a seguinte intervenção:

«Só para dizer que o impacto não tem a ver só com o número de dias, há muita gente que chega antes e gente que parte depois, não tem só a ver com o período do evento.

«Quanto à questão do retorno, eu falei na região, mas eles colocam Peniche. Estou de acordo com essa observação.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu há pouco fiquei preocupado, e não sei se me tenho de penitenciar aqui, porque a Freguesia de Ajuda também fez tolerância de ponto e não sei se tenho que pedir desculpa lá ao Primeiro-Ministro, porque nós não seguimos a sua orientação. Eu acho que cada um tem direito à sua opinião e começo a ficar preocupado porque há aqui alguns tiques. Já com o Partido Socialista, quando estava no governo, apareciam situações destas, de um certo seguidismo, e tínhamos que seguir à risca aquilo das preocupações dos iluminados que estão lá por cima.

«A tolerância de ponto, para além de ser para uma grande parte dos trabalhadores das autarquias um prémio, são quase sempre dias de reduzida actividade, pelo menos no atendimento ao público é quase reduzido a zero, para além disso, é um prémio aos trabalhadores, e não se esqueçam que a maior parte dos trabalhadores são pagos miseravelmente, têm ordenados à volta do ordenado mínimo nacional e pouco mais, a maior parte dos trabalhadores que trabalham nas autarquias, e que os governos sucessivos não criaram condições para que isso fosse diferente, nomeadamente a progressão nas suas carreiras.

«Fico mais preocupado porque é assim: Querem que os trabalhadores trabalhem mais meia hora, como se isso fosse salvar o país, querem que os trabalhadores trabalhem mais tirando-lhes feriados. Até um incentivo que o ministro Bagão Félix criou, há alguns anos, em contrapartida com uma lei que foi aprovada, que era um prémio de férias, até isso querem tirar aos trabalhadores, e depois querem que as pessoas fiquem animadas, trabalhem pelo país e que recuperamos. Eu acho é que as pessoas ficam mais desanimadas, ficam deprimidas com tudo isto.

«Nem era preciso aconselhar para as pessoas desempregadas emigrarem, nem era preciso dizer ou insinuar, ou pensar, porque ainda hoje ouvi na rádio, na Antena 1, que, só este ano, mais de cem mil portugueses tinham emigrado. E fala-se num número para os próximos tempos que, então aí é de bradar aos céus, que é de um milhão. Eu não sei, por este caminho, quem é que fica cá a trabalhar, porque, na verdade, nós também sabemos que os maus exemplos vêm de cima.

«Toda a gente culpa os outros e também se fizeram promessas que se iam reduzir os custos, e nós vimos a Caixa Geral de Depósitos, foi o primeiro exemplo que saltou à vista de toda a gente. Mas, o mais difícil de engolir, é que, no fundo, há esta pressão toda sobre quem trabalha e nós sentimos todos, só não sente quem não quer. É que quando não há tolerância de ponto ou os feriados não são para gozar, vai acontecer isso, ou os outros dias, é o exemplo já deste ano, a Assembleia da República está de férias, depois até vieram dizer que os trabalhadores da Assembleia da República não tiveram, por acaso até tiveram tolerância ponto e outras coisas. Este é que devia ser o exemplo, nós sentimos que quem é obrigado a trabalhar trabalha, mas os que lá estão em cima não trabalham, e vão passear e fazem o que lhes apetece.

«Qualquer dia temos que começar a dizer que o PSD, no fundo, são os herdeiros daqueles que eram da outra senhora, que nós todos criticávamos, ou quase todos criticávamos, no passado, é um bocado isso. E, pelo menos os senhores que são aqui de Peniche, que se vão preparando, porque, mais tarde ou mais cedo, o caminho que isto leva, naturalmente que poderá acontecer.

«Em relação a aspectos que foram referidos:

«Avenida do Porto de Pesca: O que o senhor Vice-Presidente respondeu, em relação à rotunda, e eu quero, até porque participei nessa discussão técnica, com os técnicos, chamar a atenção do seguinte, até para que isto não continue também a ser colocado como uma questão que possa ter solução, porque dificilmente terá solução. E dificilmente terá solução porquê? Porque ou há um grande investimento, aquilo só teria outras condições se aquela rua fosse puxada mais para sul, alargasse a rua e que tivesse a dimensão suficiente para instalar lá uma rotunda como se pretende. Aquele arruamento tem uma determinada dimensão que não permite outras soluções, que se

tentaram na altura encontrar.

«Em relação à Comissão de Trânsito, a questão já foi referida, todos os membros que participam na Comissão de Trânsito têm liberdade de colocar as suas opiniões, fazer as suas propostas. A Junta de Freguesia de Ajuda já tem dado pareceres diferentes, ou tem tido opiniões diferentes, em relação a aspectos concretos, a projectos que a Câmara nos envia para dar o seu parecer e depois, quando é implantado, não está de acordo com a nossa chamada de atenção. Mas nós respeitamos, respeitamos porquê? Porque são as questões técnicas e até, por vezes, há questões que são colocadas que mais tarde são alteradas, até certos sentidos de trânsito que são propostos e depois chega-se à conclusão que aquela não era a melhor proposta, mas tem que se ensaiar primeiro.

«A questão da zona do dispensário já tinha sido decidida há algum tempo, já foi informado aqui inclusive, na última reunião, que o concurso estava a avançar. Eu, há bocado, fiquei surpreendido, depois do Vice-Presidente ter prestado a informação, ainda se estava a questionar para quando, foi o que eu percebi.

«Por último, para eu não ficar também incomodado e surpreendido, até porque também houve uma pessoa que me perguntou, e para depois não se fazer muito alarido em relação a isto, eu queria ficar esclarecido, em tempos de crise a Câmara vai festejar a passagem de ano e vai haver fogo-de-artifício. A pessoa estava muito preocupada porque a Câmara ia gastar muito dinheiro no fogo-de-artifício e queria saber, eu por acaso sabia a resposta, porque já tinha questionado uma pessoa, que não foi ninguém do executivo, mas o que é certo é que eu estou a aproveitar a deixa do José Leitão, não vinha preparado, eu não tenho muito tempo para preparar as coisas, mas porque isto vai ser questionado, permitam-me que a coloque.

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor Henrique Bertino, fez a seguinte intervenção:

«Sobre a questão da passagem de ano, nós ponderámos, fizemos uma abordagem à empresa que está a fazer a obra da reabilitação do fosso e a empresa vai colaborar com o valor de três mil euros, que é o valor próximo, sem IVA, do fogo-de-artifício. Tendo em conta esse patrocínio acabámos por concretizar, esse patrocínio decorreu das boas relações que temos com a empresa e é um sentido de responsabilidade social por parte da empresa, que, ao fim e ao cabo, investe no concelho, repartindo, por isso, o valor que ganha no concelho. Mantivemos, também, o grupo musical do ano passado, pelo mesmo valor do ano passado.

«Vamos também dar apoio a uma iniciativa gratuita que se vai desenvolver no Baleal, na passagem de ano, que resulta também do envolvimento da Junta de Freguesia de Ferrel.»

**Ademar Marques (PSD):**

Como réplica ao senhor Henrique Bertino, fez a seguinte intervenção:

«Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, eu comecei por dizer, quando falei da tolerância de ponto, que respeitava a autonomia local e, portanto, também disse que o que estava a dar era a minha opinião. Foi para isso que fui eleito e é nessa qualidade, de eleito por Peniche, que eu me permito, foi uma expressão que usei,

dar opinião. Tal como eu lhe reconheço autoridade, enquanto Presidente de Junta eleito, para dar a sua opinião, espero que reconheça a minha legitimidade para fazer o mesmo.

«A minha opinião, em relação a este assunto, para que fique bem claro, e eu não sou aqui porta-voz do Governo, sou deputado municipal eleito ou membro da Assembleia Municipal, como se deveria dizer, é que, face à situação diferente que o país vive, face ao que era o início do ano a que o senhor Presidente da Câmara se referiu, devia de ter sido reequacionada esta questão, também em linha com aquilo que o Governo decidiu.

«Tanto quanto sei, esta questão foi colocada na Câmara e não foi unanime agora, vereadores do PSD não concordaram com esta decisão. É que, nesta ocasião, não seria correcto dar tolerância de ponto. Independentemente disto é, naturalmente, a autonomia local que está em causa e têm toda a legitimidade, como eu reconheci, de darem a tolerância.

«Só um esclarecimento, embora isso não caiba aqui na discussão que estamos a ter, a meia hora a mais, de que falou, como sabe, é no sector privado, não é no sector público. É uma das medidas que não estava prevista no memorando com a *Tróica*, mas que visa substituir uma das medidas que estava prevista, que é a redução da taxa social única. Por outro lado, é uma necessidade do país reduzir os custos do trabalho e é verdade, é inegável, que há um sacrifício dos direitos dos trabalhadores, é verdade, mas é necessário reduzir os custos do trabalho, para que o país possa produzir mais com menos gastos.

«Aquilo que disse depois, que mais tarde ou mais cedo íamos ser acusados de estar a tentar de reavivar os tempos da outra senhora, não é mais tarde ou mais cedo, eu já ouvi um Deputado do PCP à Assembleia da República dizer isso mesmo ao Ministro das Finanças. O que me parece realmente descabido, porque estar a ressuscitar esses fantasmas é que me parece completamente fora de propósito. O que há aqui é a necessidade de mudarmos alguma coisa para que o país volte a crescer, e a crescer sustentadamente, que não é o que tem acontecido. Mas, como disse, isto não é discussão que temos aqui, aqui discutem-se, na minha opinião, os problemas de Peniche e foi sobre esses que eu dei a minha opinião.»

**Tiago Gonçalves (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Sobre duas ou três intervenções que houve, eu acho que podem referir aqui, até à exaustão, o Governo do Partido Socialista, até para ver se nos embaraçam. Mas eu penso que não conseguem, porque nós estamos aqui para defender os interesses do concelho de Peniche e dos seus munícipes, já o provámos neste processo do hospital o suficiente. No que toca a pressão e influência, temos muita obra feita junto de governos do PS noutras matérias, na segunda fase do porto de pesca, no IP6, etc., por isso não temos problema nenhum nesses aspectos, não ficamos com nenhum problema de consciência.

«Relativamente à questão do hospital, só para esclarecer, em Fevereiro de 2011, os Deputados do PS reuniram com a Administração do Centro Hospitalar, que tinha tomado posse em Agosto de 2010, e, por isso, eu também deixo a pergunta ao deputado José Leitão, quantas reuniões ele participou ou solicitou ou os Deputados do PSD do

distrito de Leiria. Porque fazer aquele tipo de considerações sem esperar que tivesse algum tipo de resposta do género também não fica bem, porque, neste debate, se todos os partidos políticos desta Assembleia são unânimes na sua posição relativamente ao hospital, não me pareceu cordial fazer esse tipo de observações, mas tudo bem, os actos ficam para quem os pratica.»

**José Leitão (PSD):**

Em resposta ao senhor Tiago Gonçalves, fez a seguinte intervenção:

«O Tiago pediu para eu dizer quantas reuniões eu tive com as administrações do Centro Hospitalar, duas reuniões. Já me reuni por duas vezes, com duas administrações do Centro Hospitalar Oeste Norte.»

**Natália Rocha (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Recentemente cumpriram-se dois anos de mandato autárquico, foi a CDU que ganhou as eleições, pois foi essa a vontade daqueles que votaram a 9 de Outubro de 2009. Foi ao PS e ao PSD que foi dado o papel de ser oposição e esta bancada cá está para ser oposição. Cumprimos assim aquela que foi a vontade dos eleitores. Mas, quem nos conhece sabe que não era possível estar aqui sem outra postura que não fosse construtiva, por isso temos vindo a levantar questões e preocupações do dia-a-dia do concelho de Peniche, importa-nos essencialmente que elas tenham resolução.

«Como somos um território com uma vocação marítima muito forte, é praticamente imprescindível não dispor de um conjunto de actividades e equipamentos ligados à prática náutica. Pensamos que todos reconhecem isso como um ponto de partida e é por isso que nos preocupa e sensibiliza a questão da sede do Clube Naval de Peniche. Queremos saber qual o ponto de situação sobre essa matéria, esta não é uma questão menor, pois a ligação e vocação marítima deste concelho não se pode resumir à aposta exclusiva noutras áreas.

«Noutra área temática, estamos também preocupados com o estado de algum do nosso património local, aí está marcada a identidade da nossa terra e a história é algo que não queremos perder. Desse modo, também queríamos saber qual o ponto de situação sobre a recuperação do Filtro de Peniche de Cima, que se apresenta em estado de degradação evidente. E, já que falamos em património, também importa saber qual é o desenvolvimento do arranjo da envolvente e recuperação da Fonte Gótica de Atouguia da Baleia. É uma obra que há muito se apresenta como necessária, mas cujo início foi até agora adiado.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Fez a seguinte intervenção:

«Relativamente ao Tiago, como é evidente, quando da minha parte coloco as questões e quando refiro os governos do Partido Socialista, refiro-os só quando os assuntos me são colocados e eles têm uma relação directa com o desempenho. Mas não tenho nenhum problema em acrescentar à lista do IP6 e da segunda fase do porto de pesca a questão do Fosso da Muralha, ou o assumir do compromisso que foi desenvolvido. Quero também dar essa nota, foi uma luta, e daí termos convidado, à

época, o Primeiro-Ministro para estar aqui connosco no lançamento da obra. Eu não poderei deixar de, quando sou questionado, porque eu fui questionado sobre a reserva, dizer qual o estado da arte e quem é que contribuiu para o bem ou o mal daquilo que terá sido abordado. Portanto, fá-lo-ei sempre, sem qualquer tipo de complexo ou de perseguição, não é isso que é feito por nós.

«Relativamente às três questões da Natália, dizer que, quanto à sede do Clube Naval de Peniche, tomámos uma atitude que foi de irmos ao encontro do Clube, no âmbito da parceria para a regeneração urbana. A Câmara Municipal tomou, recentemente, uma deliberação no sentido de disponibilizar apoio técnico para acompanhar a fiscalização da própria obra e, por isso, neste momento, o processo está mais do lado do Clube Naval do que da parte da Câmara Municipal ou da parceria, e vai ser bem-sucedida, não tenho dúvida nenhuma, e com uma taxa de financiamento que poderá rondar os 85%.

«Quanto às questões do património local, no que diz respeito à Fonte Gótica, há duas dimensões de intervenção. A Fonte Gótica, o património propriamente dito, esse foi intervencionado pela nossa equipa de conservação e restauro. Depois foi vandalizada a placa de acrílico que nós tínhamos, mas foi recuperada a fonte. O local é que implica um investimento ainda considerável, tendo em conta a localização, as infra-estruturas que têm que ser ali feitas, tendo em conta que aquilo tem para ali um atravessamento de águas, porque não há impermeabilizações dos terrenos, tem um custo elevado na sua intervenção. Provavelmente entre o grande projecto do Arquitecto Grandela e fazer uma outra intervenção, acho que temos que equacionar isso.

«Em relação à recuperação do Filtro de Peniche de Cima, passo a palavra ao Dr. Jorge Abrantes.»

**Vereador Jorge Abrantes:**

Fez a seguinte intervenção:

«É uma questão que está identificada pelos Serviços Municipalizados há vários anos, o orçamento dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento prevê uma verba de 250 mil euros para este investimento. Mas a obtenção deste valor não está garantida, uma coisa é reconhecermos os investimentos que são necessários fazer, dar-lhes a devida dimensão, outra coisa é arranjarmos meios financeiros para os concretizar. De qualquer forma, e isso será apreciado amanhã, faz parte do orçamento dos Serviços Municipalizados, está lá indicado o reservatório do filtro como uma intervenção importante que se faça.»

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 7 do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

Nuno Miguel Dias Louro, que solicitou esclarecimentos sobre um processo de vistoria a um prédio, sito na Rua Afonso de Albuquerque, em Peniche, que está em

risco de queda eminente.

Jerónima, que perguntou o que é para os membros da Assembleia Municipal o Bairro do Calvário e fez algumas considerações sobre o estado de conservação do referido bairro. Disse, ainda, que necessita que os seus pais venham morar para o concelho de Peniche e que quer que o Município lhes arranje uma casa.

**Cristina Leitão (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«No seguimento da última intervenção, quero apenas dizer que, tal como a munícipe que fez a intervenção, para mim isto é uma questão de grande preocupação, a questão do Bairro do Calvário. Não só pelas questões sociais, pela necessidade de haver famílias a precisarem de casas e haver casas que estão fechadas à espera, no fundo, para serem demolidas para ali se fazer um plano de reconversão daquela área. Eu também fico preocupada, porque, na verdade, também eu acho que aquilo é um património que nós temos que, efectivamente, preservar, assim como está, sem demolições, procurar outras soluções para aquele local. Porque, do ponto de vista urbano e arquitectónico, aquilo tem um valor. Se nós demolirmos aquilo há uma parte que se perde e depois é uma coisa que não podemos pôr em museus, porque, no fundo, tirarmos umas fotografias aquilo que foi não serve. Eu acho, na verdade, que deveria ser considerada a questão de não demolir aquilo.»

**Tiago Gonçalves (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Sobre a questão inicial, do prédio da Rua Afonso de Albuquerque, pela intervenção que houve e daquilo que consegui aqui registar, há um despacho do senhor Presidente da Câmara de 2010, ordenando a demolição. Eu presumo que, antes desse despacho, houve, pelo menos, uma vistoria ao local, que ou foi em 2010 ou foi em 2009, sendo, na pior das hipóteses, em 2009. Já passaram três anos, e esta é uma questão que, dadas as circunstâncias dos últimos anos, principalmente do Inverno, que nos preocupa, como é óbvio. Acho que não é preciso perceber muito do assunto para nos deixar alarmados e, como tal, queria, em nome deste grupo, solicitar à Câmara que desse os esclarecimentos devidos e se há um despacho ordenando a demolição, que ele se cumpra, se é esse o caso.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Em relação à primeira questão, eu penso que não é só aquela questão, há várias questões daquelas que nós todos conhecemos e desejávamos que se encontrasse solução rapidamente. Na parte que me toca, a minha preocupação maior vai para as habitações que estão muito degradadas e que, inclusive, ainda têm lá gente dentro. Já uma vez referi uma casota, logo à saída deste prédio, onde morava o Zé, que a gente trata de Zé PPD, e que a minha preocupação maior, se calhar na freguesia em que sou presidente, a minha maior preocupação era aquilo cair em cima do homem, quando as casas caem e não há pessoas afectadas ainda vá lá. Todos nós sabemos que isto é muito

complicado, a própria legislação é complicada, a aplicação da legislação é complicada, os prazos são complicados. Não sei qual é o caso, se aquilo eram os armazéns dos Mamedes. Penso que é uma preocupação unanime, há que tentar minorar as situações e quando se põe em causa as pessoas, pior.

«Em relação à questão que se colocou do Bairro do Calvário, aqui pia mais fino. Eu sou Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, há 10 anos, já agora puxo os galões, se houve um bairro que nos mereceu, no nosso executivo particular atenção foi aquele, onde fizemos muitas obras. Aquilo não é um bairro, são três bairros, a gente chama-lhe um bairro, mas são três bairros, três fases distintas.

«É muito engraçado, já aqui há alguns anos, uma senhora arquitecta da Câmara, acho que foi da Câmara, não quero mentir, era uma senhora arquitecta, que me colocou a questão, que aquele bairro era tão bonito. E eu fiz-lhe um desafio: Vá morar para uma casa daquelas. Esta é que é a questão, a maior parte daquelas casas não tem condições. E quando se equacionou uma solução, que era através do PROHABITA, e não era para o bairro todo, inicialmente era para dar uma vida mais digna às pessoas.

«Eu conheço muito bem aquele bairro, porque era novinho, mas já tinha idade para pensar, havia um familiar da minha mulher que morava lá. Eu que vivi sempre numa casa alugada pelos meus pais, que era velhota e nós eramos muitos, lembro-me de morar debaixo das escadas e o meu irmão morar no corredor, eu já não me lembro, mas a cozinha, isto no centro de Peniche, na Rua do Casal, a cozinha era de terra, não havia água, não havia luz, não havia casa de banho, era a pia no quintal, e nós tomávamos banho. Já agora faço o retracto todo, para não pensarem que nós somos todos aqui uns felizardos e que vivemos sempre em situações muito dignas. São as dificuldades do tempo que hoje continuam, infelizmente. Eu não sei, mas a Vereadora Clara deverá saber, mas existem centenas de pedidos de casa de habitação.

«A questão que se coloca ali é arranjar aquele bairro, com um forte investimento, não é dez tostões. Mesmo a pouco e pouco, é um bairro em que terá que se gastar muito dinheiro para o recuperar. Agora, não há dinheiro para mais nada, não há dinheiro para fazer outras casas, e vai-se recuperar só porque se acha muita graça às casas, casa que não têm dimensão sequer para ser uma casa digna. Vamos lá vê-las! Já fiz esse desafio.

«Eu sou portador de informações de lamentos de muitas pessoas, que ainda hoje dizem: “Mas eu vou para lá com alguns amigos meus, eu dou os materiais, eu recupero a casa, a Câmara que me dê a casa.” Mas não estão lá assim tantas casas, se calhar uma dúzia e não mais. Porque, a partir de uma determinada altura, tomou-se uma opção, é assim: gasta-se 6, 7, 8 mil contos para recuperar uma casa, sem a tal dignidade. Porque a gente agarra na maior parte das casas e a única coisa que aproveita são as paredes e têm que ser todas picadas e depois têm que ser isoladas, as de fora, eu estou a falar das quatro paredes, e o resto não há nada.

«A maior parte daquelas casas, mesmo habitadas hoje, estão a precisar de um forte investimento. Eu às vezes passo por lá, inclusive, algumas das pessoas já se prontificaram, e já algumas fizeram, em dar a mão-de-obra e a Câmara foi dando os materiais e foi resolvendo assim o problema. Mas é assim, eu até me dói o coração, porque aquilo vai-se resolver meia dúzia de situações, ou uma dúzia, que são as casas que estão vagas. Tendo em atenção as preocupações, que acho que foi com a Câmara do

Partido Socialista, se calhar com o professor Farricha, que era Vereador na altura, que eu não condeno, face às circunstâncias e a tantas dificuldades que existiam de habitação social e que as pessoas não tinham dinheiro para pagar a renda. Porque há pessoas que não têm dinheiro para pagar renda, para pagar um euro mais vale não pagar nada, a Câmara suporta para não serem sem abrigo. E dividirem estas casas, que já são pequeninas, eu vivo numa casa de habitação social, que por acaso eu comprei, mas que tem cerca de cento e quarenta e tal metros quadrados, agora aquelas casas ainda foram divididas a meio, para resolver alguns problemas graves. Face às circunstâncias foi uma solução que eu não condeno, agora o que eu preconizo é que já que se tem que gastar dinheiro que se façam casas com dignidade.

«Para além de algumas pessoas e de alguns senhores membros da Assembleia Municipal e grupos de partidos políticos que estão aqui presentes, que hoje não o dizem, serem frontalmente contra a habitação social. Que são contra a habitação social! Que quem quiser casa que pague, se não pode pagar, vão para a rua com certeza. Esta é que é a situação que devia de ser discutida neste país. Peniche às vezes é criticado, é dado como mau exemplo, porque tem habitação social a mais, que já tem muitos bairros, põem as situações fora do contexto. Peniche, infelizmente, teve muitos agregados familiares que tinham muitas dificuldades, que eram as famílias dos pescadores, que muitos deles ganhavam miseravelmente e que no Inverno passavam fome. Eram as mulheres conserveiras que tinham ordenados, e ainda hoje continuam a ter, ordenados muito baixos, para não dizer outra coisa, e que não tendo outras soluções o que é que faziam? Iam para os anexos, iam para aqueles bairros que as próprias fábricas construía.

«Eu não esqueço as minhas origens, agora, há muita gente, até da minha própria família, que às vezes se esquece de onde é que veio, das suas origens, das dificuldades que as famílias tinham e que, infelizmente, continuaram sempre. Em Peniche continuaram sempre, fosse a Câmara do PSD, do PS ou da CDU, porque essas dificuldades eram enormes e não há capacidade e agora pior. Agora pior porquê? Porque não há capacidade de investimento, não há dinheiro. Mesmo quando, às vezes, havia algum dinheiro, que era substancial, mesmo sendo criticado, mas que a Câmara de Peniche não tinha capacidade para suportar a sua parte desse investimento e então optou por fazer uma parte desse investimento. Isso vai-se agravar naturalmente, com a situação política, com a situação do país, com a situação do desemprego, das más reformas e dos maus ordenados. Naturalmente isto vai ser uma bomba relógio e Peniche devia estar a discutir, para além daquelas coisas de politiquice que muitas vezes a gente perde aqui muito tempo, a gente devia de estar a discutir casos concretos e aí a senhora tem razão, nós não discutimos os casos mais interessantes.»

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Fez a seguinte intervenção, dirigindo-se à munícipe Jerónima:

«Como deve calcular, eu não acredito que não haja aqui nenhuma pessoa que não tenha em consideração as pessoas que lá moram. A questão aqui é que a senhora tem a visão, que é a visão mais romântica, e depois há pessoas que têm que lidar com as questões práticas. E as questões práticas são muito objectivas, por muito que nos custe muitas vezes equacioná-las são questões muito concretas. É que não se fazem omeletes

sem ovos, a questão é tão simples como isso.

«Muitas vezes há que fazer prioridades. A senhora poderá dizer: Pois, mas as prioridades são discutíveis. Pois são. Por isso é que há pessoas que as têm que tomar, às vezes contra aquilo que o censo comum entenderia que não seria o mais correcto, eu não quero com isto dizer que a senhora não tem razão, não é isso que eu estou a dizer. Quero dizer é que há outras questões que se colocam àquilo que seria o desejável, que muitas vezes fazem com que aquilo que seja o desejável tenha que ser remetido para uma situação em que as coisas possam acontecer.

«De facto eu julgo que, neste caso, e pelo menos creio que falo em nome da Assembleia, toda a gente está preocupada com as pessoas que lá estão no Bairro do Calvário, como está preocupada com as pessoas que estão no Bairro do Visconde, como está preocupada com as pessoas que moram na Atouguia, na Serra, em Ferrel e que, enfim, no concelho temos várias situações que, obviamente, merecem a nossa preocupação. Agora é preciso muitas vezes encontrar meios e recursos para acudir a todas.

«Eu não acredito, conhecendo como conheço particularmente o senhor Presidente da Junta, que ele não seja o primeiro defensor das pessoas do Bairro do Calvário. Não acredito nisso, independentemente de podermos discutir em muita coisa, nessa tenho a certeza que essa situação das pessoas, em concreto, e a própria situação do bairro lhe tem merecido toda a preocupação, aliás como a qualquer dos deputados desta casa.

«Portanto, era só para lhe dizer que não fique com a ideia que as pessoas não estão preocupadas. Gostaríamos imenso de poder dizer que avançamos amanhã para a recuperação do Bairro Calvário, em moldes que, obviamente, respeitassem os padrões de dignidade. Agora, nem sempre as coisas são realizáveis nessa dimensão.

«O senhor Presidente da Câmara, depois, terá uma resposta mais objectiva que a minha, que não pertenço ao órgão executivo do Município, para lhe dar.»

**Cristina Leitão (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Em relação à intervenção do Henrique, quero apenas dizer que o Henrique disse que as bancadas deste lado são contra a habitação social. Isso não é verdade, o PSD fez muita habitação social quando teve na Câmara, não é contra a habitação social, não é nada disso.

«Esta questão do Bairro do Calvário tem de ser vista de duas formas: Uma é a questão social. A Câmara ter necessidade de pôr pessoas com necessidades habitacionais em algum lugar, porque têm essa necessidade. A outra questão é se devemos destruir aquele bairro em concreto, para fazer torres para as pessoas que hoje, mal ou bem, mal, já sabemos, vivem em casas térreas com um pequeno quintal, vão passar a viver em apartamentos em altura. Isso deixou de ser o modelo de habitação social. Quatro ou três pisos é em altura, Henrique, porque as pessoas que vivem e que têm uma zona para cultivar, pequena que seja, um canteiro para pôr os coentros e a salsa, isso quer dizer muita coisa na qualidade de vida das pessoas.

«O Henrique diz que eu defendo isso por achar graça. Não é por achar graça, aquilo é património, se não é devia ser. Porque aquilo tem características de uma época

e nós temos poucos exemplos daquele estilo, aqui então não temos nenhuns. Portanto, se a Câmara fez uma coisa boa, que foi quando se começou a alterar as casas do Bairro dos Pescadores e a Câmara disse: Atenção, há aqui um modelo a cumprir, ficam todas com o mesmo tamanho, fazem umas garagens, fazem umas ampliações, há um modelo a cumprir. A Câmara considerou que o Bairro dos Pescadores tinha um interesse arquitectónico e urbano, porque é que agora o Bairro do Calvário não tem o mesmo interesse. Tem de ter e por isso é que eu digo, do que ouvi, até porque ainda não fomos totalmente esclarecidos qual é o plano de reconversão daquela área, mas do que eu sei, existem demolições para rentabilizar o espaço, isso era uma das coisas que vinha na informação da arquitecta Etelvina, que eu me recordo.

«Portanto, existem demolições de construções para rentabilizar o espaço para fazer algumas construções em altura, mas nós temos que deixar este modelo, temos mesmo. As pessoas que vivem ali vivem num sítio espectacular, é um sítio central e não querem viver em altura. Eu não queria viver em altura, ninguém quer viver em altura. A habitação social deixou que ter que ser em altura, tem que passar a ser um modelo diferente e isso é que é a preocupação com a habitação social. Porque senão não se tinha demolido o Bairro do Aleixo, no Porto, para fazer outras coisas, mas para os integrar numas zonas centrais da cidade.

«Portanto, a ideia da habitação social tem que ser esta, não é pô-las em altura, em sítios destacados e dizer que aqueles são de habitação social, é integrá-los nos centros.

«É isso que eu digo: Atenção à demolição daquilo.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Neste momento, no Bairro do Calvário, contam-se pelos dedos desta mão quantas pessoa aproveitam o seu quintalinho. Isso era noutros tempos, que eram tempos agradáveis e que eram tempos que aquele bairro era agradável e que grande parte das pessoas, mesmo pobrezinhas, preservava as suas casas. Hoje, aquele bairro foi transformado, aquele bairro não é a mesma coisa, nem as pessoas, as suas origens sociais, não são a mesma coisa. A partir do momento que houve uma opção, que foi meter tudo ao barulho, foi um bairro que era tendencialmente de pescadores, famílias de pescadores e de operários... foi para resolver outros problemas, nem sei quem foi a Câmara, não estou preocupado.

«Quando digo que vamos fazer história, é assim: A habitação social que o PSD quantifica está mal quantificada. Porque tem que quantificar também as heranças daquilo que já estava feito antes de ser Câmara. Já agora pode lá integrar também um grande disparate que fez, que é o edifício Coosofi, para resolver um problema da Cooperativa do Fialho.

«Eu quando pedi a palavra, não foi para fazer réplica, eu não sabia que a Cristina estava inscrita, era para dar a minha opinião. Aquilo que eu conheço, eu conheço praticamente todas as famílias do Bairro do Calvário, hoje incomoda-me ir ao Bairro do Calvário. Eu, sem querer, criei expectativas novas e fui convencendo uma parte da população do Bairro do Calvário, sem bacalhau e sem azeite, fui convencendo uma parte daquela população a aceitar uma situação digna.

«Eu, sem ser arquitecto, sou capaz de desenhar um Bairro do Calvário e não é nada em altura. Admito que não é rés-do-chão, agora é correspondendo à realidade e correspondendo às necessidades de cada agregado familiar. Se eu pudesse deitava aquele bairro todo abaixo e deixava lá uma casinha daquelas amarelas e punha lá a Cristina a morar, já agora com uma casa recuperada, não como elas estão agora. Se quiseres, um dia destes vamos lá, faço-te uma visita guiada.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Fez a seguinte intervenção:

«Relativamente ao senhor Nuno Miguel Louro, fazia só uma pergunta: Em que qualidade é que fala? Qual a relação que tem sobre este assunto?

«Não tenho agora aqui informação, o que eu posso dizer é que, de facto, nestes últimos anos, por força de uma fiscalização técnica, temos feito muitas informações. Aliás, a Assembleia Municipal aprovou aqui majorações e minorações, ou seja agravamentos e desagravamentos, ao nível da taxa de IMI, relativamente a situações que, tendo sido colocada a questão da sua reabilitação o fizeram, ou, no caso daqueles que o não fizeram, terem agravamento da taxa do IMI, e poderá ser o caso desta situação aqui, eu não tenho aqui o processo.

«Temos feito um excelente trabalho a esse nível, agora nem sempre por parte dos proprietários existe a responsabilidade de executarem aquilo que nós mandamos executar. A Câmara Municipal pode tomar administrativamente posse e fazer, à sua conta, estas intervenções, o problema é que se nós formos fazer isso para tudo aquilo que temos que fazer e depois sem as condições de sermos ressarcidos desses valores.

«Eu não tenho aqui agora a situação concreta disso, aquilo que eu vou pedir aqui aos serviços, à Dra. Josselène, é para dar conhecimento, também a toda a Assembleia Municipal, que faça o relato que aqui de alguma forma foi enunciado e que, ao mesmo tempo, seja equacionado qual é que é o ponto de situação, as notificações que foram feitas, provavelmente por sucessivos despachos que eu vou fazendo e dar-lhes conhecimento.

«Sempre que está em causa as questões de segurança, nós temos estado a dar prioridade à nossa intervenção, agora se nós tivermos de intervir, com os meios da Câmara, não temos recursos suficientes para nos substituímos às pessoas.

«Amanhã iremos fazer a avaliação da situação. Agradecia que deixasse aí o vosso contacto para que os serviços lhe façam chegar a informação, que eu não tenho aqui neste momento. Por certo que temos feito diligências, não tenho dúvidas nenhuma, agora que seja a Câmara a ser responsável pela não execução daquilo que é responsabilidade dos proprietários, também não quero aceitar essa responsabilidade.

«Quanto à questão que a senhora Jerónima colocou, há dois assuntos. Um é a resolução do problema de habitação da sua mãe, que, enfim, é um problema em que, como é evidente, nós temos para aí cerca de duzentos e tal agregados para resolver os problemas de habitação social. Nem tudo é resolvido por política social de habitação, ou seja, a Câmara não tem que resolver o problema de toda a gente ou dos que vêm para Peniche, etc. Nós temos uma lista enorme para resolver e, portanto, no seu caso, não sei qual é a situação, mas obviamente terá sido recebida pelos serviços.

«Quanto à questão do Bairro do Calvário, penso que o senhor Presidente da

Junta de Freguesia da Ajuda já deu aqui aquilo que é uma leitura. Há aqui membros da Assembleia Municipal que já deram também a sua leitura. Se nós tivéssemos dinheiro, o dinheiro para poder haver a parte do financiamento da parte do PROHABITA, provavelmente já tínhamos tido condições para termos um estudo para ver qual seria a solução.

«Não concordo que seja para a manutenção integral, vai haver faseamentos de demolições, eu não vejo outra solução, para abrir espaço a novas construções, preservando a memória. Aquilo que com os meios que a Câmara tem, neste momento, pode fazer é a intervenção de reabilitação de bairros, nomeadamente do Bairro do Vale Verde, do Fernão de Magalhães e do Coosofi. Estamos a trabalhar no sentido de fazer a reabilitação desses bairros e a intervenção no Bairro do Calvário também. Com intervenções de dignificação dos próprios espaços, nós não queremos estar a investir em fogos que não tenham condições e que impeçam o encontrar de uma solução. Eu creio que esse vai ser o desafio para nós durante este ano: Encontrarmos uma solução digna que preserve a memória, mas que, de alguma forma, seja viabilizadora também de construção.»

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Espero, sinceramente, que as questões que foram colocadas tenham, de facto, o melhor seguimento, particularmente naquele que é mais premente, uma vez que envolve situações de salubridade e segurança. Julgo que tem que ser, de facto, visto com muita urgência e espero, espero não, tenho a certeza, que a Câmara lhe dará o devido seguimento.

«Relativamente à questão do Bairro do Calvário, é uma questão mais complexa, mas também considero que é fundamental que se preserve a memória. O que podemos é divergir na forma de o fazer, e aí penso que deverá ser feito o debate necessário para se chegarem às melhores conclusões. Porque também estou de acordo que há memórias se não forem preservadas são irrepetíveis e, desse ponto de vista, estamos a falar de património que, obviamente, é um património edificado que não se ajusta, neste momento, às necessidades das pessoas. Concordo, em absoluto, com aquilo que foi dito, particularmente pelo senhor Presidente da Junta, mas também acho, obviamente, se pensarmos em reformular temos que manter, na medida do possível, preservada essa memória. A forma de o fazer, se calhar, poderá passar por vários caminhos e julgo que eles serão certamente equacionados.»

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:**

Passando a assembleia à apreciação do primeiro ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Fez a seguinte intervenção:

«Penso que todos terão tido oportunidade de ler o relatório enviado, apesar de às vezes um pouco extenso. De qualquer forma, a actividade centrou-se muito nas questões de representação institucional, nomeadamente com o novo Governo, no sentido de recolocarmos as questões que, de alguma maneira, vinham transitadas, nomeadamente a questão da pousada na Fortaleza, as questões associadas ao financiamento do Centro de Alto Rendimento de Surf e a componente da política social de habitação, nomeadamente no seu financiamento. Estarei disponível para as questões que, eventualmente, queiram e que possam ter sido suscitadas pela informação.»

**Sérgio Leandro (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Tenho aqui quatro questões sobre a actividade do senhor Presidente.

«Uma delas já foi de algum modo esclarecida, mas eu gostaria de saber um pouco mais, tem a ver com o estudo que está a ser coordenado pelo Professor Braga de Macedo, sobre o valor das ondas e a cultura oceânica. Em que consiste e qual a importância que assume para Peniche e para o seu concelho?

«Outra questão tem a ver com a reunião que foi tida com a Federação Portuguesa de Surf, tendo por base a análise do futuro modelo de gestão do Centro de Alto Rendimento de Surf. O que é que já foi delineado? O que é que já foi preconizado para o Centro de Alto Rendimento de Surf?

«Uma outra questão, mais relacionada com a energia renovável, tem a ver com o ponto de situação do projecto SURGE, que foi alvo de alguma divulgação em Bruxelas e era importante também transmitir a esta Assembleia. Qual é que é o ponto de situação relativamente ao projecto da energia das ondas a ser desenvolvido na praia da Almagreira?

«Por último, tem a ver com a instalação da unidade autónoma de gás. Qual é que é o ponto de situação? Quando se prevê a sua instalação? Sabendo que terá um forte impacto no tecido económico regional e local e também naquilo que são os consumidores finais.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor Sérgio Leandro, fez a seguinte intervenção:

«Começava já pela unidade autónoma de gás, penso que todos acompanharam, aqui em sede de Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal também reconheceu como de interesse a instalação da unidade autónoma de gás, utilizando um terreno que, neste momento, é classificado como Reserva Ecológica Nacional (REN). Foi feito um trabalho, quer junto da própria *Lusitaniagás*, quer da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo. O processo já foi entregue, agora há pouco dias, na CCDR, no sentido de ser analisada a localização, tendo em conta a importância que tem. Tivemos também uma reunião, neste caso com o programa *Mais Centro*, no sentido de dar conta das dificuldades que existiram, relativamente à questão de um terreno por parte da *Lusitaniagás*, que obedecesse a todos os critérios, incluindo a opção da parte de Município e estão salvaguardados os meios financeiros para que a unidade autónoma de gás se

concretize.

«No que diz respeito à questão do projecto SURGE, aquilo que vai acontecer é, no dia 1 ou dia 2, se verificarem ali um navio ao largo da nossa baía, é o navio que trouxe uma parte dos equipamentos para serem depois montados com a outra componente, que está a ser feita aqui nos Estaleiros Navais de Peniche. Provavelmente, entrará no porto no dia 2, esse navio, e tudo se mantém relativamente à expectativa de ser instalado no primeiro semestre. Toda a componente do licenciamento já está concluída, ao nível da Direcção-Geral de Energia e Geologia, da Administração Hidrográfica do Tejo e também já com o RIP, que é a declaração de interesse público para este projecto.

«Relativamente à reunião com a Federação Portuguesa de Surf, associo isto ao aditamento que nós fizemos ao protocolo com o Instituto do Desporto e da Juventude. O Instituto teve uma remodelação ao nível dos seus corpos dirigentes e aquilo que nós acertámos foi para no início do ano, face aos contributos que nós já demos sobre o modelo de gestão e face, também, à Federação Portuguesa de Surf, de modo a que esse modelo de gestão seja deferido. Dado a descontinuidade governativa ficou um pouco adiado, mas estamos em crer que, prevendo que o arranque do seu funcionamento possa ser desenvolvido durante o primeiro semestre do próximo ano, teremos condições para uma gestão equilibrada, mas os modelos de gestão são associados também aos Centros de Alto Rendimento e isso é uma questão que está a ser deferida neste momento em termos políticos, pelo próprio Governo, em associação com as federações.

«Este estudo, que eu referi há pouco, visa aquilo que eu tinha referido, de conhecer-se, de alguma forma, qual é o impacto sócio/económico que as actividades associadas aos desportos de deslize têm e qual é o valor económico que terão, no sentido também de caminharem para a preservação daquilo que são os locais de excelência para o surf.»

**Tiago Gonçalves (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Tenho duas questões a colocar relativamente à informação escrita.

«Na página 6 refere que, no dia 7 de Dezembro, houve uma reunião na CCDD Centro sobre o fundo *Jessica*, gostaríamos de saber quais são as conclusões dessa reunião e o desenvolvimento sobre esse assunto.

«Depois, relativamente à página 66 do relatório de actividades municipal, quando fala do Gabinete de Inserção Profissional, nós gostaríamos de solicitar ao senhor Presidente se nos poderia fornecer um relatório sobre a actividade do gabinete, por considerarmos que gostaríamos de saber mais informação relativamente ao seu trabalho, no sentido de proporcionar respostas para criação do próprio emprego e do empreendedorismo e, a esse nível, quais têm sido os resultados desse serviço.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor Tiago Gonçalves, fez a seguinte intervenção:

«Sobre o *Jessica*, aquilo que foi apresentado nesse dia, há um tempo atrás eu tinha dado conta do fundo. O fundo iria constituir entidades gestoras e dinamizadoras

do fundo *Jessica* à escala também regional, foi aquilo que foi apresentado, aquilo que é o consórcio, no nosso caso o parceiro é a Caixa Geral de Depósitos.

«A apresentação foi feita no sentido de evidenciar que o fundo vai ter uma atenção particular às questões associadas à regeneração urbana, ou seja, tudo aquilo que tem a ver com regeneração urbana, reabilitação urbana, poder vir a privilegiar essas intervenções ou, neste caso, incluído aquilo que possam ser investimentos, inclusive também de instituições não lucrativas, tipo IPSS, em áreas de intervenção.

«Estive lá com o Dr. Rodolfo e ele agora é que vai preparar toda a informação, de modo a que nós possamos ver, quando estiverem as candidaturas, quais é que podem vir a ser os projectos e quais as sugestões é que poderemos vir a dar, para entidades privadas poderem também vir a candidatar-se, isto também foi agora há poucos dias e será informação que nós iremos trabalhar, trabalhar com os responsáveis do fundo e também com os potenciais candidatos.

«No que diz respeito ao Gabinete de Inserção Profissional, dizer que há uma dimensão no âmbito da própria rede social, que é aquele grupo de trabalho para as questões do emprego, formação e empreendedorismo. Ou seja, o envolvimento do Município, neste domínio, não está exclusivamente associado ao funcionário do GIP, mas tem também havido uma dinamização no quadro da rede social. Dizer que, também no quadro da Oeste CIM, a rede Oeste Empreendedor, onde esta questão também vai ser desenvolvida, sendo que, logo que tenha o relatório que estamos a elaborar para a prestação de contas, vamos ter atenção especial para que, enfim, logo nessa altura, seja enviada para os grupos parlamentares.»

**Ademar Marques (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Vi, na informação financeira, respondendo a uma solicitação do José Leitão, que estava aqui indicação do *factoring* e das dívidas com fornecedores que estavam com *factoring*. Queria só, no seguimento também dessa intervenção, julgo que na sessão ordinária passada, de pedir ao senhor Presidente da Câmara, ou ao senhor Vereador Jorge Abrantes, que esclareça só aquela dúvida que na altura o José Leitão colocou, se isto não era considerado um empréstimo e, nesse sentido, não tinha que ser submetido à Assembleia Municipal.»

**Vereador Jorge Abrantes:**

Em resposta ao senhor Ademar Marques, fez a seguinte intervenção:

«Julgo que, neste momento, eu ainda não fiz a minha intervenção sobre a situação financeira, porque fica sempre a dúvida, porque como está tudo misturado, a informação do Presidente com a situação financeira. Eu pretendia que primeiro se fizessem as questões associadas ao relatório de actividades que foi apresentado e depois passássemos à situação financeira. Naturalmente, como a ordem de trabalhos mistura tudo, a legitimidade da questão acaba por entrar no assunto para o qual eu ainda não tinha feito a introdução, mas que aproveitaria para fazer.

«De facto, a situação financeira que foi apresentada introduz várias novidades. Uma delas é no que diz respeito à lista dos fornecedores, a resposta ou ir ao encontro daquilo que, quer o deputado Carlos Santana, quer o deputado José Leitão, referiram

como necessidade de ser esclarecido. Se olharem para a última folha da informação financeira, verifica-se que existem notas para três situações distintas.

«A primeira, que é com um asterisco, que é para as empresas que cederam a sua facturação a uma instituição de crédito ou a um banco, e aí são as situações de *factoring*, em que os nossos pagamentos são efectuados a essas instituições de crédito.

«A segunda situação, que é com dois asteriscos, são os acordos que foram estabelecidos entre Município e fornecedores, no sentido de apontar para a forma como se regulariza a dívida que existe com esse fornecedor, portanto são acordos bilaterais que são acertados entre as duas partes, Município e fornecedores e que estão aí também indicados, no caso com os dois asteriscos.

«Finalmente, aqueles que estão numerados com alíneas, da alínea a) até à alínea q), são as empresas com as quais foram feitos acordos. Acordos de regularização de dívida e que são créditos que têm estado a ser regularizados e que, como eu tenho indicado nas várias reuniões onde este tema tem sido tratado, foram soluções que encontramos, fundamentalmente em 2009, no sentido de regularizar determinados montantes, através de um acordo com o fornecedor. O fornecedor que numa solução está perfeitamente legal e que fazia parte das ofertas que, neste caso, quer o *Totta* quer o BPI, fizeram para o essencial destes acordos, que são com o Santander-Totta, com excepção do valor mais elevado, que é a alínea f) correspondente à Valorsul que são 470 000,00 euros, que foi a própria Valorsul que estabeleceu os contactos com o BPI, disponibilizando ao Município as condições excelentes que foram associadas a essa regularização. Repetir, portanto, que o enquadramento legal destas situações, o exemplo mais acabado será o da Valorsul, que foi a própria Valorsul que negociou com o BPI e disponibilizou aos Municípios as condições que negociou com o BPI e que, no nosso caso, aceitámos e está a ser regularizado.

«Isto para esclarecer que a informação financeira passou a fazer referência, indo ao encontro das solicitações que alguns deputados fizeram, às situações distintas que temos aqui e que estão na parte final da informação financeira, na lista dos fornecedores.

«Globalmente, já olhando mais para a informação que é apresentada e tendo como referência quer a informação financeira, apresentada em 14 de Setembro desta no, e aproveitando também a informação financeira de há um ano da Assembleia Municipal ordinária que efectuámos há um ano, e que tem a data de 9 de Dezembro de 2010, o que podemos dizer, a situação financeira ou o volume da dívida que é apresentada nesta data, comparando com a situação de Setembro, digamos que reflecte as dinâmicas de evolução, de aumento e de redução, de algumas rubricas. O montante global é relativamente semelhante, estamos a falar de 12 000 000,00 euros de total de dívida, na informação que apresentamos agora, contra os 11 986 000,00 euros da informação de há 3 meses.

«Naturalmente, que há aqui situações que evoluem, aumentos, nomeadamente nos empréstimos de longo prazo, resultantes da utilização que está a ser feita, durante estes três meses, dos empréstimos que temos negociados, quer para o CAR Surf, quer para a obra do fosso. Dizer que o valor dos fornecedores aumenta também duzentos mil euros, entre a informação de Setembro e a de Dezembro. Este aumento está fundamentalmente associado ao aumento de quase quinhentos mil euros de dois

fornecedores, que estão associados às obras que estamos a fazer, quer a *Etermar*, enquanto fornecedor da obra do fosso da muralha, e a *Policon*, enquanto empresa que está responsável pelo Car Surf.

«Estes valores resultam da intensidade que, ao longo deste últimos três meses, ocorreu de facturação destas empresas, sabendo nós que o essencial destas empresas está coberto, quer pelas participações comunitárias para estes projectos, quer pelos empréstimos que, na devida altura, foram contraídos para a sua realização. Ou seja, há um aumento nestas duas empresas *Etermar* e *Policon*. Em Setembro, estávamos a dever trezentos e onze mil euros, que era a facturação que, na altura, estava em dívida. Neste momento, na informação actual, é de oitocentos e setenta e quatro mil euros, resultante da facturação que chegou ao longo destes últimos 3 meses, mas que está devidamente salvaguardada e que irá ser fruto das participações e dos empréstimos que estas obras têm.

«O que permite dizer que a evolução é positiva, tendo em conta este pormenor destas duas empresas. Mais importante é a comparação com a situação de há um ano, a mesma folha resumo da situação financeira de há um ano evidenciando uma dívida do Município de 13,5 milhões de euros, o que, comparando com os 12 milhões que agora é apresentado, significa que a informação financeira do dia 9 de Dezembro de 2010, em que identificava uma dívida de 13,5 milhões de euros e a informação financeira de 14 de Dezembro de 2011, que é aquela que hoje está em apreciação de 12,073 mil, significa uma redução de cerca de 1 milhão e meio da dívida do Município.

«Portanto, são estes os traços gerais dos dados da situação financeira que foram apresentados.»

**José Amador (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu estive na reunião de líderes, do dia 21, e tinha a informação que ainda não havia marcação com o senhor Ministro da Saúde, sobre a reunião que foi pedida com carácter de urgência. Visto que a triste notícia do *Diário de Notícias*, do dia 20 de Outubro, trazia o fecho de algumas urgências: Curry Cabral, Montijo, Santo Tirso, Fafe e Peniche, e Peniche vinha em último, a minha preocupação é esta: Se o senhor Ministro já marcou na sua agenda para receber o Presidente da Câmara de Peniche. Visto que estou preocupado, porque afinal a notícia tinha algum caris de verdade, porque ontem, ou anteontem, o Curry Cabral acaba de fechar.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor José Amador, fez a seguinte intervenção:

«Nós fizemos seguir para o senhor Ministro o pedido de audiência, fizemos seguir para o senhor Ministro da Saúde a posição que a Comissão de Acompanhamento também tomou. Fiz contactos com membros de gabinetes de membros do Governo e aquilo que foi transmitido, foi o seguinte: Que iria ser feito, estava em desenvolvimento, um estudo sobre a questão das urgências. É um facto que, passado algum tempo, nós recebemos um pedido, uma solicitação de informações, que nós demos, inclusivamente esse documento foi presente em reunião de Câmara e circulou também pelos membros da Comissão de Acompanhamento. Foi dito que estava a ser desenvolvido esse estudo e

que seria durante o mês de Janeiro que, eventualmente, iria ser depois divulgado o estudo para a tomada de decisões.

«Aquilo que irei de novo colocar, e penso que interpretando também o sentimento e o pensamento da Comissão de Acompanhamento, e queria que a Dra. Josselène também tomasse nota para depois concretizar isso comigo, é reforçar o pedido de audiência, face à instabilidade que, obviamente, a notícia gerou. Mas, face também àquilo que é o sentimento que temos da impossibilidade da continuação do funcionamento do serviço de urgência básico e também para vermos outros aspectos associados ao funcionamento do hospital.»

**Paulo Balau (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Primeiro, felicitações ao senhor Presidente, ao senhor Jorge Amador e ao senhor Jorge Abrantes, pela recondução de mais um mandato no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento.

«Depois, queria fazer uma pergunta. Diz a informação, nas páginas 14 e 15, e vou ler: proceder à abertura de concurso público ao abrigo do regime geral com publicidade internacional, com o preço base de 360 414,00 euros, a que acresce IVA, nos termos previstos no capítulo II, etc. e não diz mais nada. Eu gostava que o senhor Presidente informasse o que é que é esta publicidade internacional com este preço de 360 414,00 euros.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Em resposta ao senhor Paulo Balau, fez a seguinte intervenção:

«Relativamente à questão que é colocada é sobre uma deliberação e, diz na página 14, que foi presente uma informação, datada de 14 de Novembro, do Serviço de Aproveitamento, propondo a abertura de procedimento para a aquisição de combustíveis rodoviários. Aquele concurso foi para a questão dos combustíveis, depois diz em função disso o que tem que se fazer: aprovar, etc.»

**MARCAÇÃO DE NOVA REUNIÃO:**

O senhor Presidente da Mesa anunciou que os trabalhos desta sessão prosseguiram no próximo dia 28 de Dezembro, com a realização de nova reunião, no mesmo local e pelas 21.30 horas, com dispensa de convocação escrita e com a seguinte ordem de trabalhos:

- Período da ordem do dia:

1. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a segunda revisão aos Documentos Previsionais de 2011 (Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos).

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche para 2012.

3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Orçamento do Município de Peniche para 2012.

4. Pedido de autorização para que a Câmara Municipal realize despesas

com a aquisição de bens e serviços, em 2012, que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização quando excedam os 99 759,58 euros, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal do Município de Peniche para 2012.

6. Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para contracção de empréstimos de curto prazo durante o ano de 2012.

7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados para 2012.

8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Orçamento dos Serviços Municipalizados para 2012.

9. Pedido de autorização para que os Serviços Municipalizados realizem despesas com a aquisição de bens e serviços, em 2012, que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização quando excedam os 99 759,58 euros, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados para 2012.

#### ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora do dia vinte e oito de Dezembro, o senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, observando o artigo 63.º do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, aprovado em 25 de Junho de 2010, que estipula que a acta de cada reunião ou sessão contenha as intervenções de cada membro da Assembleia Municipal, que eu *Josselene Nunes Teodoro* Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, subscrevo e com ele assino.